



JUROS DO TRIBUNAL
M.



REVISTA MUNICIPAL

N.º 60

ANO XV ~ 1.º TRIMESTRE DE 1954



DUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PREÇÁRIO DA REVISTA

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00



DEPOSITÁRIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º
Telef. 2 5711



CORRESPONDENCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
Rua da Boa Vista, n.º 3 — Telef. 3 2174

352(469.499.6)(05)

INCORPORAD.

AGO 1954

REVISTA MUNICIPAL

N.º 60 ★ 1.º TRIMESTRE ★ 1954



COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

SUMÁRIO

DO N.º 60 ★ 1.º TRIMESTRE ★ 1954

REVISTA MUNICIPAL

D I R E C Ç Ã O
DR. JAIME LOPES DIAS

★

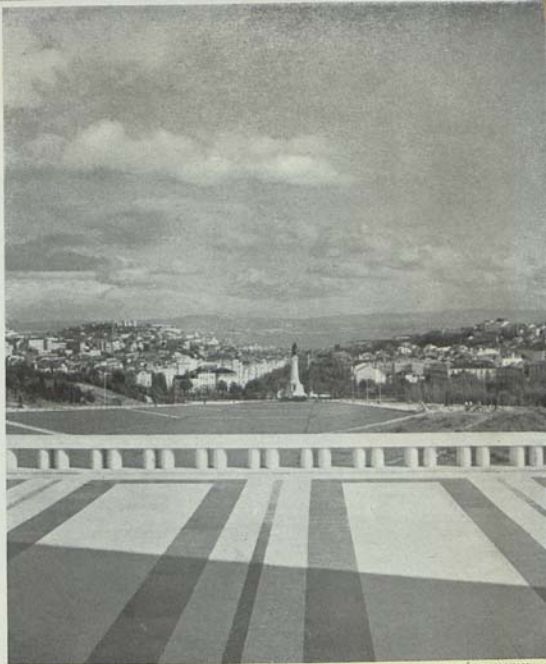
ASSISTÊNCIA GRÁFICA
JOSE ESPINHO

★

D E S E N H O S D E
BERNARDO MARQUES
CÂNDIDO COSTA PINTO
JOSE ESPINHO
MANUEL CORREIA
NUNO COSTA
SEBASTIÃO RODRIGUES

★

CAPA DE CÂNDIDO COSTA PINTO



O TEJO VISTO DO PARQUE EDUARDO VII

FOTO DE HORÁCIO NOVAIS

*HOMENAGENS AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
NO DÉCIMO ANIVERSÁRIO DA SUA POSSE*

LISBOA E O IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE S. PAULO

*A N O S S A L I S B O A
—CARVALHÃO DUARTE*

*A E R M I D A D O S A N T O C R I S T O
—MATOS SEQUEIRA*

*LISBOA NO FOLCLORE E NA POESIA CULTA DO BRASIL
—GASTÃO DE BETTENCOURT*

*MEMÓRIAS DE ONTEM—UM BAIRRO, UMA ÉPOCA
—LUIS FORJAZ TRIGUEIROS*

HOMENAGEM AO COMANDANTE FERREIRA DO AMARAL

A C O N T E C I M E N T O S C I T A D I N O S

A N T O L O G I A D E L I S B O A

*O R G A N I Z A Ç Ã O D E S E R V I Ç O S
D A C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A*

A V O Z D A C I D A D E

S E C Ç Ã O J U R I D I C A

B I B L I O G R A F I A

(HORS-TEXTE) — *VENDEDEIRA DE HORTALIÇA
LISBOA NOVA — ASPECTO DA PRAÇA
DE LONDRES E AVENIDA DE ROMA*



OS ARTIGOS PUBLICADOS
NA «REVISTA MUNICIPAL»
SÃO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES





HOMENAGENS AO
PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL NO DÉCIMO
ANIVERSÁRIO DA SUA POSSE

Tendo completado no dia 6 de Março dez anos na presidência da Câmara Municipal de Lisboa, o sr. tenente-coronel Álvaro Salvação Barreto foi justamente homenageado pelos seus colaboradores, pela vereação e pela Cidade.

Tratava-se não apenas de solenizar uma data mas também, e sobretudo, registar uma década de assinalado progresso na vida da Cidade. Por isso, cerca das 11 e 30, os vereadores reunidos sob a presidência do sr. Luís Pastor de Macedo e, em sessão extraordinária, resolveram conceder ao sr. tenente-coronel Salvação Barreto, a medalha de ouro de Mérito Municipal. A seguir,

dirigiram-se ao gabinete do homenageado, onde o sr. dr. Oliveira Ramos, em nome da vereação, lhe apresentou cumprimentos e teve palavras de elogio para a personalidade que «veio para a Câmara para servir e não para demolir». Disse que na obra realizada pelo tenente-coronel Salvação Barreto aquilo que se vê e o que se não vê, tudo o que fez durante 10 anos, representa a renovação da Cidade. A seguir, fez o resumo das obras municipais levadas a efeito:

Alvalade — plano e realização; Encosta do Restelo — plano e realização; Parque Florestal de Monsanto; Parque Eduardo VII; Zona a norte da Alameda Afonso Henriques; Zona Industrial dos Olivais; Abertura da Avenida Infante D. Henrique; Avenida Infante Santo; Avenida Jacinto Nunes; Avenida de Ceuta; Matadouro e Frigorífico de Lisboa; Central Leiteira; Casas de renda económica — 340 prédios em Alvalade; Casas para classes pobres — 600 fogos; Escolas numerosas, das quais 12 em construção, para cerca de 7.500 alunos; Caneiro de Alcântara; Balneários de Alcântara e da Serafina; Restaurante de Alvalade, Montes Claros e Castelo de S. Jorge; Campo Grande; Restauradores e o edifício da Rua 1.º de Dezembro; Mercados do Chão de Loureiro, Rua Heliodoro Salgado, Alvalade, Campo Grande, Forno do Tijolo; Construção e remodelação de jardins e de placas ajardinadas; Viadutos da Avenida da República, Avenida de Roma, Pampilha, 2.ª circular. Construção de novos arruamentos; Bairro de Alvalade, Zona Industrial dos Olivais, Encosta do Restelo, Zona da Alameda de D. Afonso Henriques; Parque Eduardo VII. Reconstrução de arruamentos; ruas da Baixa (Prata e Fanqueiros e transversais), Rua do Carmo, Rua Garrett, Rua Nova do Almada, Largo das Duas Igrejas, Praça Luís de Camões, Rua do Alecrim, Rua da Misericórdia, Rua D. Pedro V, Rua da Escola Politécnica, Rua Alexandre Herculano, Rua Morais Soares, Rua Pascoal de Melo, Rua dos Anjos, Avenida D. Carlos I, etc., etc. Viação e trânsito: Duplicação das linhas da Carris na Calçada de S. Francisco, S. Pedro de Alcântara, Rua da Madalena, Sé, Parques de estacionamento, rede de transportes em autocarros; em dez anos o número de passageiros transportados subiu de 498.395 a 56.402.507. Cultura: Publicações culturais, valorização dos museus municipais, conferências, publicações turísticas, concertos populares, participação em congressos e festejos populares.

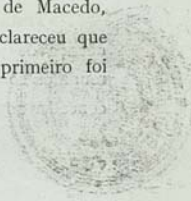
O orador disse, a seguir:

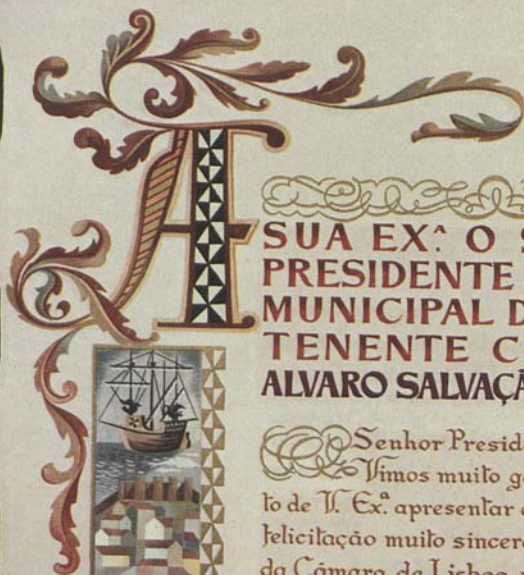
— Não é possível a um homem produzir mais e tão bem.

Fez votos no sentido de que continui no seu lugar por outros 10 anos, quanto mais não seja para realizar a Praça D. João I, o Palácio da Justiça e a iluminação da capital. Asseverou que, no final do seu trabalho pela Cidade, merecia que o seu nome ficasse perpetuado numa lápida nos Paços do Concelho e comunicou-lhe a decisão da vereação de lhe conceder a Medalha de Ouro.

PALAVRAS DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

6 Falou, a seguir, o Vice-Presidente da Câmara Municipal, sr. Luís Pastor de Macedo, que apresentou, como simples múnicepe, cumprimentos ao presidente da Câmara. Esclareceu que o homenageado é o segundo que durante 10 anos se mantém no seu cargo. O primeiro foi D. Francisco de Sousa, nos finais do século xvi.





SUA EX.^a O SENHOR
PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE LISBOA
TENENTE CORONEL
ALVARO SALVAÇÃO BARRETO

Senhor Presidente:


Vimos muito gostosamente jun-
to de V. Ex.^a apresentar cumprimentos de
felicitação muito sinceros de todo o pessoal
da Câmara de Lisboa, pelo décimo aniversá-
rio da nomeação de V. Ex.^a para a Presi-
dência do primeiro Município do País.

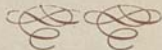
Trás-nos aqui, não apenas uma sim-
ples obrigação de respeito, de disciplina
ou de protocolo, mas também, e principal-
mente, um vivo e espontâneo sentimento de
satisfação e de reconhecimento. Satisfa-
ção pela notável obra por V. Ex.^a aqui rea-
lisada em tal lapso de tempo. Reconheci-
mento pelas provas de carinhosa deferên-
cia que de V. Ex.^a todos nós temos rece-
bido, o que caracteriza também a adminis-

REPRODUÇÃO DA MENSAGEM
ENTREGUE A SUA EX.^a O PRESIDENTE DA CÂMARA



tração de V. Ex.^a como uma daquelas em que
melhor se tem afirmado a íntima e cordial colabo-
ração da presidência com o funcionalismo camarário.

 Conscientes, pois, da magnitude e da utilidade
da tarefa grandiosa que, com a colaboração leal
e constitutiva do Ex.^{mo} Sr. vice-presidente e das
vereações, V. Ex.^a com tanta lucidez e tacto, zelo
do bem comum e pessoal espírito de sacrificio, vem
realizando há dez anos, e profundamente gratos,
como munícipes e como funcionários, a todos os
benefícios, atenções e provas de solícitude que de
V. Ex.^a temos sempre recebido, fazemos ardentes
votos para que V. Ex.^a possa prosseguir, por muitos
anos ainda e com a mesma fé e entusiasmo com que
até aqui a tem realizado, a obra tão oportunamente
iniciada e prosseguida nesta vitoriosa década, a bem
da Cidade de Lisboa, capital do Império Português.



Acrescentou que não valia a pena descrever a obra realizada, porque ela estava à vista. Mas pelo trabalho desenvolvido no gabinete, que ele, orador, acompanha há sete anos, pode aqui-latar-se a energia dispendida e o valor do que foi realizado pelo homenageado. Terminou felicitando a Câmara e a Cidade pelo engradecimento efectuado por um homem cujo nome ficará perpetuado nos anais do Município.

O AGRADECIMENTO DO SR. TENENTE-CORONEL SALVAÇÃO BARRETO

Num curto discurso, o sr. tenente-coronel Salvação Barreto agradeceu as palavras dos oradores e a presença da vereação. Disse que a obra se deve à colaboração desta última, à qual estava muito reconhecido pela gentileza e demonstração de simpatia que lhe significavam com a homenagem. Esclareceu que se reservava o direito legal de ratificar ou não a concessão da medalha municipal. Dirigiu especiais cumprimentos ao sr. Luís Pastor de Macedo.

O AGRADECIMENTO DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» PELA OBRA DE VALORIZAÇÃO DA CIDADE

Ao começo da tarde reuniram-se no átrio dos Paços do Concelho os «Amigos de Lisboa», com o sr. prof. dr. Celestino da Costa, presidente, e os srs. Gustavo de Matos Sequeira, dr. Eduardo Neves, Hugo Raposo, Diamantino Tojal, Teodoro Lopes Ramos, Joaquim Pascoal Rodrigues, Higino Nunes da Silva, Alfredo Brasião Alves, Alfredo F. do Nascimento, José Francisco de Oliveira, Mário Costa, eng. Perez Durão e prof. dr. Raul de Carvalho, dos corpos gerentes, representando os dois primeiros, respectivamente, os srs. prof. dr. Joaquim Fontes e coronel Pereira Coelho.

No gabinete do sr. tenente-coronel Salvação Barreto, até onde foram levados pelo vice-presidente do Município, sr. Luís Pastor de Macedo, que é também sócio fundador do Grupo dos «Amigos de Lisboa», o sr. prof. dr. Celestino da Costa saudou o presidente da Câmara, lembrando que, sendo a finalidade do Grupo zelar pelo prestígio e engrandecimento de Lisboa, com muito prazer ali iam cumprimentar um dos homens a quem a Cidade mais deve. Traçou elogio caloroso da inteligência, dedicação e esforço do sr. tenente-coronel Salvação Barreto para tornar a Cidade mais salubre, confortável e bela, resolvendo problemas que pareciam insolúveis, como o do trânsito e o do matadouro. Quando se observa tudo o que foi feito nos últimos dez anos, não se pode deixar de sentir a maior gratidão pelo Município e pelo homem que preside aos seus destinos. Por isso, em nome do Grupo, desejava ao sr. tenente-coronel Salvação Barreto e à vereação longos anos de permanência na administração municipal de Lisboa. Não lhes faltará nunca o apoio do Grupo dos «Amigos de Lisboa».

Em resposta, o sr. tenente-coronel Salvação Barreto declarou que é sempre agradável receber cumprimentos, mesmo quando eles (como no seu caso) vão além dos méritos de um homem ou de uma obra. Quem trabalha na administração pública sente prazer quando aparece alguém a proferir palavras de justiça. Quando as saudações partem de uma colectividade de prestígio como é o Grupo dos «Amigos de Lisboa», o presidente do Município e a vereação ficam sensibilizados.

Disse o orador que sempre teve no mais alto apreço e consideração as actividades do Grupo dos «Amigos de Lisboa» e as suas opiniões sobre uma ou outra providência municipal. A verdade, porém, é que a Cidade se desenvolveu extraordinariamente nos últimos tempos e esse desenvolvimento foi devido à própria população. O presidente e os vereadores do Município de Lisboa, como os seus colaboradores, cumpriram apenas o seu dever.

OS CUMPRIMENTOS DOS DIRECTORES DE SERVIÇOS

As 17 horas, já quando o átrio, escadaria e salas principais estavam cheios de gente, o sr. tenente-coronel Salvação Barreto recebeu, no seu gabinete, onde estava acompanhado dos vereadores, os cumprimentos dos directores de serviços, em nome dos quais falou o dr. Jaime Lopes Dias.

A primeira referência do orador foi à concessão da medalha de ouro de Mérito Municipal, que todos os funcionários consideravam a justa consagração do seu presidente e uma decisão digna não só do homenageado mas de quem a tomara.

Acentuando não haver necessidade de descrever a biografia do sr. tenente-coronel Salvação Barreto, o orador salientou os principais problemas que foram resolvidos nos últimos dez anos, para prestígio da cidade e da Nação. Notou a importância do estreitamento de relações entre o Município de Lisboa e os de outras capitais estrangeiras, para concluir que tudo foi possível graças à inteligência, equilíbrio e bom senso do sr. tenente-coronel Salvação Barreto. Por isso os directores dos serviços municipais ali estavam a saudá-lo com a maior admiração.

O sr. tenente-coronel Salvação Barreto, agradecendo, disse que, em dias como aquele, quem está à frente de uma administração em que colaboram muitos, é difícil distinguir o que deve aceitar-se ou que, por ser vaidade, deve repelir-se. Criou cabelos brancos no trabalho e, por isso, sabe bem o que pode aceitar e o que deve por de remissa. Nunca se deve perder de vista, no domínio da administração pública, que um homem, por mais agradável que seja aos seus amigos, nada pode fazer sem ajuda, como no caso do orador. O que vai além disto são entusiasmos de pessoas amigas e dedicadas. Na administração do Município de Lisboa, se alguma coisa se fez foi por que a Cidade o quis e porque os serviços estão apetrechados e bem dirigidos para a indispensável colaboração. Não ia — acrescentou — repetir o que, de manhã, dissera aos vereadores. Prometendo continuar com o mesmo entusiasmo, agradecia os louvores, generosos e amigos.

HOMENAGEM DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO

O último e importante acto comemorativo efectuou-se ao fim da tarde, no salão nobre dos Paços do Concelho, onde o conjunto decorativo, de inextinguível beleza, estava ainda valorizado com plantas e flores formosas. Ali, nas salas anexas, nos corredores e nas escadarias, se juntaram alguns milhares de funcionários municipais de todas as categorias que saudaram com uma vibrante salva de palmas o sr. tenente-coronel Salvação Barreto quando este, acompanhado dos vereadores e directores de serviços entrou no salão.

CUMPRIMENTOS
DA VERAÇÃO



HOMENAGENS AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
NO DÉCIMO ANIVERSÁRIO DA SUA POSSE

CUMPRIMENTOS
DO FUNCIONALISMO
MUNICIPAL





JANTAR DE
HOMENAGEM
OFERECIDO
PELA VEREAÇÃO



JANTAR DE
HOMENAGEM
OFERECIDO
PELO FUNCIONALISMO
MUNICIPAL

Feito silêncio, o dr. Jaime Lopes Dias leu a seguinte mensagem, subscrita por cerca de quatro mil funcionários.

«Sr. Presidente: Vimos muito gostosamente junto de V. Ex.^a apresentar cumprimentos de felicitação, muito sinceros, de todo o pessoal da Câmara de Lisboa, pelo décimo aniversário da nomeação de V. Ex.^a para a presidência do primeiro Município do País.

«Traz-nos aqui não apenas uma simples obrigação de respeito, de disciplina ou de protocolo, mas também, e principalmente, um vivo e espontâneo sentimento de satisfação e de reconhecimento. Satisfação, pela notável obra por V. Ex.^a aqui realizada em tal lapso de tempo. Reconhecimento, pelas provas de carinhosa deferência que de V. Ex.^a todos nós temos recebido, o que caracteriza também a administração de V. Ex.^a como uma daquelas em que melhor se tem afirmado a íntima e cordial colaboração da presidência com o funcionalismo camarário.

«Conscientes, pois, da magnitude e da utilidade da tarefa grandiosa que, com a colaboração leal e construtiva do Ex.^{mo} Sr. vice-presidente e das vereações, V. Ex.^a com tanta lucidez e tacto, zelo do bem comum e pessoal espírito de sacrifício, vem realizando há dez anos, e profundamente gratos, como munícipes e como funcionários, a todos os benefícios, atenções e provas de solicitude que de V. Ex.^a temos sempre recebido, fazemos ardentes votos para que V.^a Ex.^a possa prosseguir, por muitos anos ainda e com a mesma fé e entusiasmo com que até aqui a tem realizado, a obra tão oportunamente iniciada e prosseguida nesta vitoriosa década, a bem da Cidade de Lisboa, capital do Império Português».

Ainda no meio dos calorosos e demorados aplausos com que a leitura foi sublinhada, o dr. Jaime Lopes Dias entregou ao sr. tenente-coronel Salvação Barreto a pasta com a mensagem, que, iluminada com arte e bom gosto pelos artistas José Espinho e Leonildo Dias, tem como motivos ornamentais, muito expressivos e delicados, aspectos da Lisboa histórica e monumental.

Então, o sr. tenente-coronel Salvação Barreto declarou que, ao fim de dez anos de trabalho naquela casa, bem podia avaliar-se quanto lhe era grato ouvir palavras de cumprimento em nome das pessoas que o ajudaram na sua tarefa de presidente. Não é — sublinhou — daqueles que julgam possíveis as obras só pela vontade de um homem. Na vida moderna não se pode atender às necessidades de uma capital como Lisboa só pela simples vontade de um indivíduo. As palavras da mensagem davam-lhe muito prazer e eram como que uma compensação, mas, com verdade e justiça, devolvi-as aos manifestantes, que o ajudaram na sua missão, pois a eles se deve tudo o que foi feito.

Novos e prolongados aplausos se ouviram, e logo começou o desfile dos funcionários, que durou cerca de uma hora e meia. No final, a menina Maria Luísa Rodrigues, em nome das filhas dos funcionários municipais, entregou ao sr. tenente-coronel Salvação Barreto um ramo de flores.

OUTRAS SAUDAÇÕES

O sr. presidente da Câmara recebeu, durante o dia, grande número de individualidades, tais como as direcções da Associação Comercial de Lisboa, União de Grémios de Lojistas de Lisboa, Ateneu Comercial de Lisboa, Grémio dos Vendedores dos Mercados de Lisboa, Acção

Social dos Bairros Económicos, Federação Portuguesa de Patinagem, Sporting Clube de Portugal, Sport Lisboa e Benfica e Clube de Futebol «Os Belenenses», que lhe apresentaram cumprimentos.

Foram, também, recebidas muitas dezenas de telegramas e cartões de cumprimentos.

A noite, a vereação ofereceu, na Casa do Leão, do Castelo de S. Jorge, um jantar, no qual também tomou parte o vice-presidente.

Aos brindes, os vereadores traçaram o elogio da personalidade e da obra, à frente do primeiro Município do País, do sr. tenente-coronel Salvação Barreto, que, no final, agradeceu, e teve palavras de grande apreço pela leal e dedicada colaboração da edilidade.

Para encerramento das comemorações um grupo de funcionários superiores do Município ofereceu-lhe, no dia 8 de Março, na Casa do Leão, do Castelo de S. Jorge, um jantar. Presidiu o sr. tenente-coronel Salvação Barreto, ladeado pelos srs. Luís Pastor de Macedo, vice-presidente, e dr. Jaime Lopes Dias, director dos Serviços Centrais e Culturais. Noutros lugares viam-se os srs. dr. António Fernandes Leitão, eng. Judah Ruah, e eng. Jaime Pereira, respectivamente, directores dos Serviços de Finanças, Técnico-Especiais, e Salubridade e Edificações Urbanas; e, ainda, entre outros, o presidente do Tribunal de Reclamações e Transgressões, comandante do Batalhão de Sapadores Bombeiros, chefes de repartições, advogados sindicais e secretários da presidência.

Aos brindes, o dr. Jaime Lopes Dias, em nome do funcionalismo, saudou os presidente e vice-presidente e traçou o elogio do homenageado, que, no final agradeceu e pôs em relevo a leal, dedicada e operosa colaboração que os funcionários municipais lhe têm prestado para o bom desempenho do seu cargo.





Foto de Horácio Novais.

Bertrand (Irmãos), L.^{da}

LISBOA NOVA — ASPECTO DA PRAÇA DE LONDRES E AVENIDA DE ROMA



LISBOA

E O IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE S. PAULO

A grande Cidade de S. Paulo, das maiores e mais belas do Brasil e da própria América, iniciou em 25 de Janeiro as comemorações do IV Centenário da sua fundação.

Lisboa, a capital de Portugal, e todos os portugueses que se reveem com orgulho no Brasil, grande projecção da Pátria lusitana, não podiam ficar indiferentes a tão grato acontecimento. A nossa Câmara Municipal deliberou designar uma das avenidas da nossa cidade com o nome do fundador de S. Paulo, o Padre Manuel da Nóbrega, e fazer a inauguração da respectiva lápida exactamente na mesma data que em S. Paulo começavam as comemorações.

Para esse efeito se reuniram na Praça do Areiro, a mais formosa da nova Lisboa, o sr. Embaixador do Brasil, poeta Olegário Mariano, o Ex.^{mo} Ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Paulo Cunha, o Presidente da Câmara Municipal, tenente-coronel Alvaro Salvação Barreto, prof. dr. Mendes Correia, Pedro Correia Marques, Padre Agostinho Veloso, dr. João de Barros, D. Odete Veloso de Carvalho e Sousa, Cônsul Geral do Brasil, F. Roonald de Carvalho, drs. M. Rio Branco e Gil Mendes de Moraes, da Embaixada brasileira, coronel Assunção Cardoso, adido da Embaixada e outras altas individualidades portuguesas e brasileiras, entre as quais o historiador prof. Serafim Leite. Depois de Olegário Mariano, Embaixador do Brasil ter procedido ao descerramento da lápida colocada no prédio n.º 1, assim concebida: «Avenida Padre Manuel da Nóbrega 1517-1570 — Fundador da Cidade de São Paulo», o sr. tenente-coronel Alvaro Salvação Barreto, Presidente da Câmara Municipal, proferiu o seguinte discurso:

É com muita honra e satisfação que a Câmara Municipal de Lisboa se associa às comemorações do quarto centenário da cidade de S. Paulo, descerrando solenemente a lápida toponímica da nova avenida a que foi dado o nome de Padre Manuel da Nóbrega, glorioso fundador dessa grande metrópole brasileira.

Não é este um acontecimento banal na vida cidadina, — uma das muitas inaugurações a que dá lugar, durante o ano, a tarefa de ampliação e renovação a que a capital está sujeita de há uns tempos a esta parte. A cerimónia de hoje dá um relevo muito especial a presença, que tanto desvanece o Município de Lisboa e que cordealissimamente agradeço, de Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros, eminente Professor e homem de Estado, cuja acção governativa tem sido brilhantíssima e sempre fecunda em excelentes frutos para a Nação, e de Sua Excelência o Embaixador do Brasil, figura notável de diplomata e de poeta a quem Portugal deve, de há muito, um carinho especialíssimo. Este acto é, pois, uma demonstração mais de que caminha com segurança e entusiasmo aquela sábia política de bom entendimento luso-brasileiro, que deve ser e é uma *constante* das nossas relações externas.

Por isso, mais do que a memória, tão venerável, de ilustre jesuíta, a quem se devem os caboucos dessa extraordinária obra de actividade e de progresso urbanos que é a maravilhosa cidade de S. Paulo, é o próprio Brasil, a sua actividade e o seu progresso constante em todos os distritos do labor humano, que nós aqui estamos a honrar muito gostosamente. Como S. Paulo, todo o Brasil é filho do génio português, nasceu também à sombra da Cruz que os nossos missionários da grande época de D. João III lá implantaram, e como a cidade vertiginosa ele está hoje em plena força e no domínio de todos as suas possibilidades. Exaltando o Padre Manuel da Nóbrega, figura egrégia da nossa colonização quinhentista, que tornou possível com o baptismo da Casa-Colégio da humilde aldeia de Piratininga — há quatro séculos exactamente — o florescimento admirável da grande urbe que é uma das glórias do Brasil de hoje, Lisboa, pela minha voz, quer, acima de tudo, exaltar o Brasil e a sua civilização, que tão alto ascende no campo da Matéria como nos domínios do Espírito, — e fazemo-lo com o enternecido sentimento de paternidade (pois foi do estuário do Tejo que saíram as caravelas para as terras de Santa Cruz) com que se olham sempre as belas coisas que realiza um filho muito querido.

12

Aplaudidas entusiasticamente as palavras do Presidente da Câmara, o sr. Embaixador do Brasil, príncipe dos poetas brasileiros, Olegário Mariano, disse que o Brasil estava presente o que afirmava com muita ternura, alegria e entusiasmo.

Manuel da Nóbrega é tão vosso como nosso, acrescentou!

A ele devemos a fundação daquela aldeia de sessenta casas a pique e mão de pilar. Foi ele quem levou a civilização ao Índio.

Falar dele enche-nos portanto de orgulho.

Esta homenagem da Cidade de Lisboa é prestada a um cidadão das duas pátrias de Portugal e do Brasil.

Procedeu-se em seguida à leitura do auto de inauguração da lápida que foi assinado pelos presentes.

OUTRAS SOLENIDADES

As 16,30, do referido dia 25 de Janeiro, o Chefe do Estado inaugurou, no Palácio Galveias, a exposição histórica comemorativa do IV Centenário da Cidade de S. Paulo, organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A guarda de honra era constituída por um batalhão da G. N. R. com bandeira e banda.

Ao portão do Palácio aguardavam o Sr. General Craveiro Lopes, os Srs. Ministros do Interior, dos Negócios Estrangeiros, da Educação Nacional e do Ultramar, presidente do Município e presidente da comissão executiva das comemorações do IV Centenário da Cidade de S. Paulo.

No átrio do Palácio o Chefe do Estado era aguardado pelo Senhor Arcebispo de Mitilene, embaixador do Brasil, Dr. Barbosa de Almeida, Dr. Rui Sodrê, Dr. José Gabriel Pinto Coelho, Dr. Gustavo Cordeiro Ramos, Dr. Caeiro da Mata, Dr. Rui Ulrich, Dr. Hernâni Cidade, Dr. Vitorinô Nemésio, Dr. Carneiro Pacheco, Jaime Cortesão, vereador Pedro Correia Marques, Dr. Medeiros Gouveia e coronel Mário Cunha, etc.

O organizador da exposição, Sr. Dr. Alberto Iria, antes de iniciar-se a visita saudou o Chefe do Estado cuja honrosa presença agradeceu.

Testemunhou, também, ao Sr. Prof. Dr. Paulo Cunha, de quem recebera o honroso encargo de organizar aquela exposição, e ao Sr. Ministro Plenipotenciário, Sr. Dr. Miguel Pile, os seus melhores agradecimentos, pela confiança que lhes mereceu e pelo decisivo apoio que lhe dispensaram.

E prosseguiu:

«Sinceramente, porém, desejei que assim não fosse, consciente da importância do acontecimento histórico que precisamente neste dia, jubilosamente comemoram duas grandes pátrias irmãs e amigas aquém e além Atlântico, Portugal e Brasil, dando ao Mundo mais um admirável exemplo de inteligente compreensão e civismo.

No entanto creio bem que, na sua simplicidade, tudo quanto agora me foi dado reunir neste Palácio: documentos, cartografia, pintura e desenho, escultura, numismática, gravura, fotografia e bibliografia, eloquentemente nos fala da brilhante e fecunda história de S. Paulo, fundada há quatrocentos anos pelo insigne padre Manuel da Nóbrega, nos «campos de Piratininga».

E aqui temos já neste átrio, o fundador Nóbrega, ilustre Provincial da Companhia de Jesus no Brasil, num expressivo gesso — que bem merecia passar a bronze — de Mestre Francisco Franco, tal como este grande escritor o concebeu, na carência absoluta de qualquer iconografia da época.

E também neste átrio, intencionalmente, e com justificada razão, podemos admirar dois belos óleos, que representam as conhecidas figuras de dois grandes Reis de Portugal, intimamente ligados à história do Brasil, e de modo especial à história local de S. Paulo.

Se D. João III, o Rei Colonizador do Brasil, foi o Soberano sob cuja égide se fundou a vila de S. Paulo, D. João V, a quem o Brasil tanto interesse mereceu, deu à antiga vila foros de Cidade e fê-la sede de Bispado e de Capitania.

Mas, ao glorificar-se justamente Nóbrega, de modo algum poderiam ficar esquecidos, nesta exposição, os portugueses que, como ele, mais contribuíram para o desenvolvimento da nascente vila, essa maravilhosa Cidade brasileira dos nossos dias que, há poucos anos ainda, tive a honra e o prazer de, em missão oficial, visitar e admirar emocionadamente.

A vida e os anseios dos primeiros povoadores e colonos dessa grande urbe, a persistente actividade das suas vereações municipais, dos seus governadores e capitães-generais, dos seus Bispos, dos exploradores e sertanistas, e toda essa famosa gesta dos Bandeirantes que, na Carta de Mestre Afonso Tanny, sàbiamente se assinala, com profusa indicação de nomes e datas, desde o século XVI ao XVIII, tudo isso se encontra patente nas outras salas deste Palácio, no que de mais representativo possuímos.

Portanto, mais do que as minhas pobres palavras dirão essas espécies a Vossas Excelências, com o seu testemunho austero, apanágio da verdade histórica, o que foi a vida de S. Paulo nos tempos coloniais, naquilo que constitui a linha evolutiva de um grande burgo, sempre em marcha ascensional para um futuro próspero e progressivo, com base numa tradição ibérica ali fortemente cimentada pelos portugueses, carinhosamente respeitada pelos brasileiros de hoje e de sempre.

Eis, quanto a mim, o significado e a lição deste certame que Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, se dignará agora inaugurar».

O Chefe do Estado percorreu depois demoradamente todas as salas.

Associadas à exposição realizaram-se no Palácio Galveias conferências pelo sr. dr. Damião Pires, sob o título «*Brasil orgulho de Portugal*»; pelo Reverendo Padre Domingos Maurício dos Santos, «*Brasil undécimo canto dos Lusíadas*», e dr. Orlando Ribeiro, «*São Paulo, metrópole do Brasil*».

Também na Sociedade de Geografia o sr. dr. Jaime Cortesão, com a sua autoridade de grande investigador, falou sobre «*Os portugueses na fundação de S. Paulo*».

A Academia das Ciências de Lisboa e a Universidade de Coimbra organizaram sessões solenes que se revestiram de grande brilho.





A NOSSA LISBOA

Trago comigo, sempre viva e sempre presente, a visão saudosa das terras onde nasci. E quantas, quantas vezes me detenho e me deixo ficar preso das recordações do passado, a evocar os dias já tão distantes da minha meninice, para ter a doce impressão de que vejo, lá ao longe, o casario disperso da aldeia pequenina onde pela primeira vez vi a luz do sol. Escondida no meio do arvoredo que a circunda e envolve dependura-se já no começo da encosta da maior serra de Portugal, mesmo em pleno coração da Beira.

Um dia, ai quantos anos lá vão passados, deixei a minha Beira, desci da minha Serra e a arder no calor e no entusiasmo do voluntarioso sonho da minha mocidade, vim por aí abaixo, demandando o mundo na luta pela vida.

Foi, de resto, impellido pelo turbilhão da minha luta pela vida que, um dia, vim pela primeira vez à capital.

Pois encantou-me logo, encantou-me para sempre, esta Lisboa linda.

Confesso, mesmo, que desde o primeiro dia em que a visitei comeci a sofrer da doença que ataca tantos portugueses, e que se tradus na atracção que sentem pela cidade. Doença que compreendo e respeito, porque também a mim ela me atacou.

E sofri, não o nego, a febre de me fixar definitivamente nesta Lisboa de sonho, que é cabeça e coração de Portugal.

O destino realizou o meu sonho. Foi, ainda, a vida que me trouxe, aí há quantos anos já, definitivamente para Lisboa.

Não esqueci eu, isso não, as terras que me foram berço e onde decorreram os dias da minha infância descuidada e da minha irrequieta juventude.

Fixam-se nelas as raízes da minha própria existência e nelas se arrasta ainda, como um símbolo e uma realidade que é de todos os tempos, essa figura sombria, rude, mas ativa e nobre do cavador beirão, meu pai, que tanto admiro e a quem tudo devo.

A minha Beira andar­á para sempre no meu coração.

Postas, porém, em equação a minha inteligência e o meu espírito, Lisboa enfeitiçou-me. E o meu enfeitiçamento perdura apesar de a conhecer e de nela viver, lá vão passadas umas poucas de décadas. Não pode mesmo Lisboa deixar de encantar e deslumbrar qu­antos a conhecem. O que lamentavelmente acontece é que muitos portugueses, incluindo muitos lisboetas, não conhecem a sua cidade, a sua capital.

Assim mesmo.

Tanto que é frequente encontrarem-se pessoas que nunca perderam um instante na contemplação desta grandiosa e imponente metrópole.

Pessoas que tendo nascido nesta cidade e tendo sempre vivido nela, não conhecem de Lisboa mais do que o bairro onde residem. E às vezes vivem na ânsia de conhecer terras estrangeiras, esquecidas de que não conhecendo Lisboa não conhecem uma das mais belas capitais do mundo.

Bem sabemos que não faltam os que vivem na ignorância de Lisboa, porque nunca tiveram possibilidades para se poderem identificar com ela.

Aos que a não conhecem, porque não querem, é preciso abrir os olhos. Aos outros é necessário mostrar-lhe a cidade.

Não só aos lisboetas como a todos os portugueses seria interessante e da maior utilidade concederem-se as possibilidades e as facilidades que a todos permitissem bem conhecer a sua esplendorosa capital.

Sem dúvida que alguma coisa já se tem feito no sentido de colocar Lisboa ao alcance de todos.

Tem, no entanto, de se ir mais longe, começando-se por despertar na alma do povo o gosto, o interesse por conhecer o que é nosso, onde tanto abunda de incomparavelmente belo.

E Lisboa é uma maravilha.

Subindo de colina em colina e olhando, lá do alto, o seu casario de mil cores, tem-se a sedutora impressão de que toda a cidade é esmaltada por imenso diadema que a luz clara do nosso sol faz resplandecer com as mais fulgurantes sintilações.

Subir à Graça, escalar o Castelo e do parapeito dessa varanda de sonho espraia­r a vista pela imensidão do panorama que dali se oferece é sentir-se, bem viva, a sensação quase comovida da grandeza, da majestade e do fascinante pitoresco da soberana e fidalga urbe que as águas do Tejo retratam.

A Estrela, S. Gens, a Ajuda, S. Vicente, etc., são outros tantos varandins, colocados lá nas alturas, para melhor se poder admirar Lisboa, em toda a encantadora diversidade dos seus inúmeros aspectos.

E Lisboa não é apenas a cidade no pitoresco do retalho das suas faichas de variado colorido, na imponência das suas monumentais praças, das suas amplas e alegres avenidas, na beleza

dos seus parques e dos seus jardins e na impressionante sedução dos panoramas de sonho que oferece, panoramas onde se destacam os elevados coruchéus de alguns dos seus magníficos edifícios e as altas torres a cortarem o azul do céu.

Não. Ao lado dessa, melhor, dentro dessa temos a Lisboa que é relicário precioso onde se guarda viva a recordação e a fama dos feitos que mais exaltam o nosso orgulho de portugueses. A Lisboa onde estão arquivadas todas as páginas da história escrita no decurso de quase um milénio, por um povo que com inescedível patriotismo soube sempre tudo arriscar e tudo sacrificar à causa da Pátria, à defesa da sua liberdade e que se empenhou mais e primeiro do que nenhum outro na notabilíssima tarefa de dar mundos ao mundo.

A notícia das campanhas duras, bravas, difíceis, mas heróicas e triunfantes da fundação encontramos-a a cada passo, para mais expressivamente de traduzir nas pedras velhinhas do Castelo, como a glória da nossa brilhantíssima epopeia marítima refulge por toda a parte, para ressaltar, em todo o esplendor, no eterno brilho do sumptuoso mosteiro dos Jerónimos.

E Lisboa não nos fala apenas do heroísmo e da devoção patriótica dos nossos capitães e dos nossos marinheiros. Também dos nossos poetas, dos nossos escritores, dos vultos que, em todas as épocas, mais notavelmente marcaram nos campos da ciência, das artes, da política e, enfim, de quantos algo fizeram pela grandeza e pela glória de Portugal, ela guarda viva e merecida glória.

Lisboa é, assim, um livro aberto de que todos os lisboetas, de que todos os portugueses deviam não só conhecer a monumental visão panorâmica, mas antes deviam saber ler, compreender, interpretar e sentir, para poderem aproveitar as abundantes e admiráveis lições de patriotismo e de civismo que por toda a parte largamente oferece.

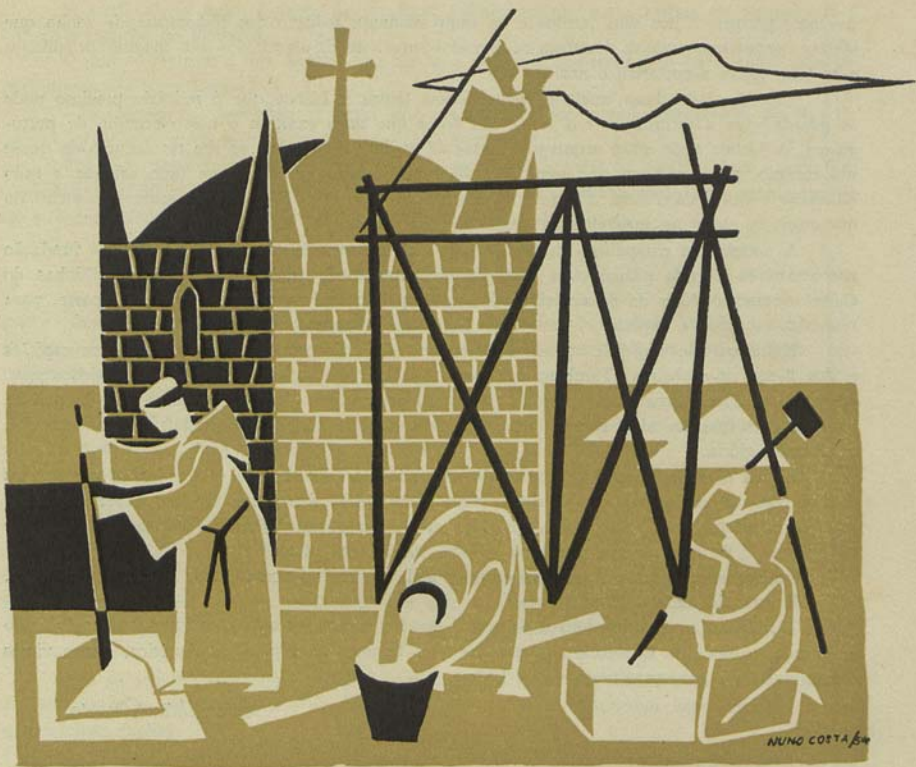
Indispensável é, pois, colocar-se sempre e cada vez mais a nossa cidade ao alcance de todos.

E está tão linda a nossa Lisboa!

Tão linda que o melhor louvor de justiça que lhe podemos render, é afirmar que conhecendo as grandes capitais da Europa e algumas das mais famosas metrópoles da América, nunca vimos cidade que mais nos encantasse do que Lisboa.

Carvalho Duarte.

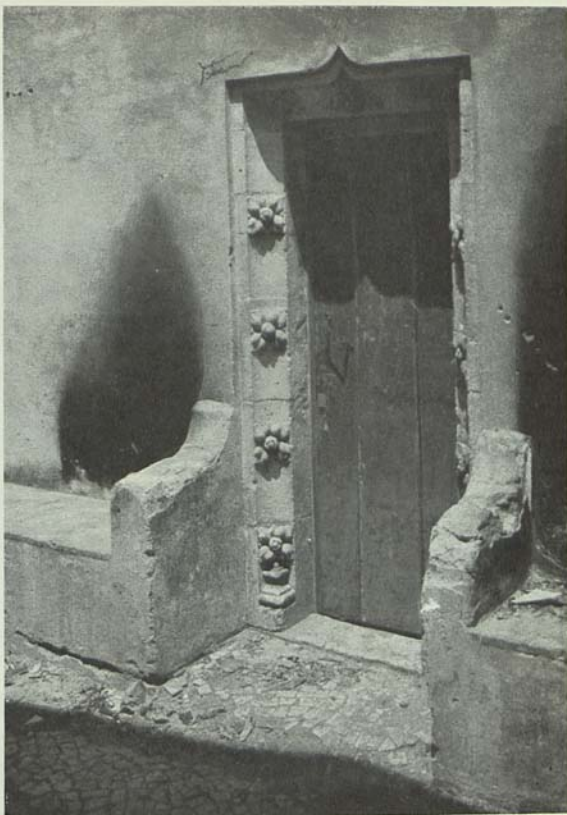




A E R M I D A DO SANTO CRISTO

Em Dezembro do ano passado foi presente à Vice-Presidência da Câmara a proposta de demolição de um prédio, na Encosta da Ajuda, que já estava expropriado, para efeito de se efectuar o prolongamento da Rua de Alcolena. A tal prédio que constava de uma casa e de um depósito de água, apendrado, chamavam a «Casa do Canalizador», nome que lhe viera do seu último inquilino. A Rua de Alcolena, em construção, faz ali uma curva para o poente, deixando à direita os terrenos que o Município cedera ao Clube Desportivo «Os Belenenses» para a construção do seu Estádio cujo projecto, em andamento de obras, é do architecto, Sr. Carlos Ramos.

A ERMIDA DO SANTO CRISTO



PORTA DA ERMIDA COM AS OMBREIRAS
LAVRADAS DE ROSETOES E À VERGA
DEBRUADA POR UM CHAVEIRÃO MANUELINO

ARCO DA OUSIA
LAVRADO DE ROSETOES VENDO-SE OS
ESTRIBOS ONDE
POUSAM AS NERVU-
RAS DA ABÓBADA
E OS AZULEJOS DA
SEGUNDA METADE
DO SECULO XVIII





ASPECTO DE UMA
DAS ABÓBADAS
DA ERMIDA COM
OS FECHOS DE
ROSETOES, ESCUDOS
REAIS E CRUZES DE
CRISTO FIRMANDO
AS NERVURAS



MESA ARMADA
SOBRE A BASE
DE UMA COLUNA
QUINHENTISTA

Pareceria isto um caso vulgar e comum, neste período reformador de demolições e construções, se não fosse a informação do respectivo Chefe de Repartição, Sr. Eng.º Ciro de Oliveira Pinto, datada em 6 de Janeiro do ano corrente, dando conhecimento de que no referido prédio a demolir se encontravam azulejos e cantarias lavradas, esclarecimento que levava logo à suspeição de se tratar de qualquer edificação de carácter religioso. Ao Sr. Luís Pastor de Macedo pareceu o caso singular, e, imediatamente, foram dadas todas as providências inteligentes que as circunstâncias pediam. Uma delas foi mandar, pelos Serviços Culturais da Câmara, fazer-se um exame à edificação apontada para demolir-se, e em face da indicação dada pelo Sr. Engenheiro Reis, a Conservadora do Museu Municipal, Sr.ª D. Julieta Ferrão, visitou a «Casa do Canalizador», e, em data de 8 do mesmo mês, deu sobre ela informação de que a Ermida (por que era uma Ermida) devia ser conservada, se o plano de urbanização o consentisse, e, caso contrário, as cantarias lavradas do pórtico, o arco da Ousia, os fechos das abóbadas e os azulejos, desmontados e remetidos para o Museu da Cidade, para exposição e aproveitamentos num arranjo interior. Em 11 de Janeiro, depois de um estudo de investigação, tornou a informar que a Ermida tinha grande interesse artístico e histórico, identificando-a. Tratava-se realmente da Ermida do Santo Cristo que, com a de São Jerónimo, bem conhecida, e a de Santa Maria Madalena, já em ruínas no Século XVIII, constituíam os locais de devoção da cerca do Mosteiro de Belém que foi, em nosso tempo, cerca da Casa Pia. E a Sr.ª D. Julieta Ferrão acrescentava que deveria existir ali perto, uma casa abobadada onde, segundo a tradição, costumava pousar El-Rei D. Sebastião quando ia ao Mosteiro hieronimita. Essa casa abobadada, ou Mina de água, foi igualmente encontrada sob a garagem de um prédio, pertencente ao Sr. Ramiro Moreira Rodrigues, e ainda não pôde ser fotografada por que se acha inundada. Ordenou-se, porém, que se levantasse uma planta e um corte, marcando a posição do subterrâneo. E isto fez-se logo de seguida.

Em face do que fica exposto a Vice-Presidência da Câmara, mandou que se despejasse o prédio e que se estudasse a sua conservação, e a criação de uma zona protectora para o monumento que se revelara, providenciando, também, através da Polícia Municipal para que se vigiasse a Ermida e se defendesse de curiosidades e de intrusos.

Para a zona de protecção fizeram-se dois estudos que tiveram de ter em atenção o facto do terreno a utilizar-se para ela colidir, numa pequena parcela, com o terreno cedido para a construção do estádio do Clube «Os Belenenses».

Em Abril a Ermida do Santo Cristo dos frades jerónimos, que estava a servir abusivamente de dormitório dos trabalhadores do empreiteiro das obras do Estádio, foi de todos desocupada, cerrou-se-lhe o acesso, e espera agora aquelas obras de limpeza, caiação e reparo que a Sr.ª Conservadora D. Julieta Ferrão indicou na sua última informação de 11 de Agosto.

Feita a história sucinta da nova descoberta resta o mais importante: — o exame artístico dela, e a colocação na sua verdadeira categoria do curioso sacelo hieronimita que agora ia passando despercebido, misturado com a barracaria clássica do Alto da Ajuda.



Disse-se na Imprensa que o monumento já era conhecido. É verdade. De há muito que havia notícia dele. Quando o architecto José Maria Nepomuceno, aí por 1880, orientava as obras dos Jerónimos, deu com ele, e até de lá levou alguns azulejos de «aresta», para o seu museu particular em Santo António da Convalescença. Joaquim de Vasconcelos, também teve, desta Ermida, conhecimento através das colecções Nepomuceno documentadas em catálogo, e a ela se referiu na raríssima «Cerâmica Portuguesa» da sua autoria, e outros visitantes curiosos por

lá passaram sem que da sua visita tivesse resultado qualquer apelo a favor do esquecido e desprezado templo. O Prof. Dr. Reinaldo dos Santos, aponta-o no «Guia de Portugal» de Raul Proença; aponta-o e descreve-o sucintamente. Depois tornou a esquecer, como tantas vezes sucede, e tal como os abismos chamam os abismos, as barracas chamam as barracas. Cercou-se delas, e, disfarçado em casa de habitação, esteve quase a ser demolido.



O exterior da Ermida que, evidentemente, sucessivas obras alteraram, não oferece interesse de maior, à parte o portal de entrada. Os pinásios da cimalha não são os primitivos, e mesmo estes não estão completos. Da mesma forma os telhados de duas águas, são de qualquer restauração posterior, e as frestas de iluminação acusam necessidades recentes de uma maior claridade interior.

A porta é que pede que se repare nela, não levantando muito os olhos para se evitarem as intromissões da electricidade sobre o óculo singelo que a sobrepuja. Também não deve ser o primitivo que levava a luz ao corpo do pequenino templo.

A porta rasga-se entre dois poiais de adro, esbelta e alongada na proporção, com o intradorso das ombeiras relevado de rosetões de marcado tipo manuelino. A verga da cimalha, que mantela a interior, roseteada igualmente, corre direita, centrando-se com um aguçamento de chave de arbolário. As cantarias pedem uma portada digna que não lhes diminua o efeito.

Entrando o templo, é a surpresa. O sacelo do domínio rural dos frades de Belém é, como dizem as «meninas Bem», amoroso. Não vemos as tábuas pregadas nas frestas, não vemos as chagas da alvenaria desfeita aqui e ali, não vemos todos os malefícios que os moradores lhe fizeram. E, vamos lá, que podiam ser piores. O que vemos é o milagre dela se ter conservado na sua estrutura quinhentista, é a graça architectural da sua traça, é o aroma do Passado que conservou para a curiosidade dos artistas. A Ermida é pequena. No comprimento o corpo e a capela-mor, não chegam a cinco metros e meio. Não lhe falta, porém, aquela proporção que os bons mestres de pedraria do Sr. D. Manuel sabiam dar às suas obras. Lateralmente apoiam-se, contra à parede, duas bancadas corridas, revestidas, na face e no assento, de azulejos de quinhentos, dos chamados de «aresta» a que vulgarmente dão o nome de hispano-mouriscos. Decerto são do tempo da fundação, isto é dos primeiros anos do século XVI. O pavimento de teijolo, é também antigo, e restos há do primitivo. Sobre a bancada há um revestimento de azulejos do terceiro quartel do século XVIII, como em silhar, com várias figuras santificadas da Ordem de S. Jerónimo, a azul sobre fundo branco, e com enquadramentos de ornatos polícromos. Este alindamento da Ermida feito pelos frades, deve talvez corresponder ao período em que foram rasgadas em janelas as frestas da capela-mor.

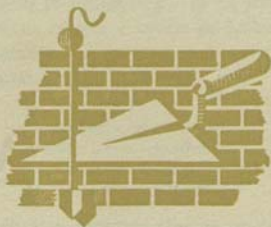
A cobertura abobadada, assente sobre quatro mísulas acantoadas, desenvolve-se num ramal de nervuras, semelhantes às que se veem no Mosteiro, firmadas por bocetes de rosetões e de decoração simbólica. Estes mostram o escudo real, a cruz de Cristo e a esfera armilar, como assinatura da época. O escudo das quinas está no bocete central.

No topo fronteiro à porta, abre-se a Ousia, constituída por um arco abatido, lavrado mesmos rosetões (dezasseis) que decoram o portal, e os barretes da abóbada, entre dois pares de delicados colunelos, prolongados na parte superior em delgados toros. A proporção é admirável.

A capela-mor, coberta de uma bela abóbada semelhante à do corpo do templo, é revestida de um silhar mais alto (por que pousa no chão e não nas bancadas) dos mesmos azulejos do final do setecentismo, e continuando o mesmo assunto devoto.

Parece-nos poder assegurar-se que a Ermida do Santo Cristo data da segunda fase das obras do Mosteiro de Santa Maria de Belém, e que a sua traça se deve atribuir aos Mestres que as dirigiram. Em Lisboa, onde os templos manuelinos não abundam, e onde se costumam, agora, guardar ciosamente portas e janelas representativas do gosto decorativo desse tempo, não é demais que a devota Ermida da Ajuda seja olhada com amorosa atenção se lhe faça um adro de resguardo, e lhe deem árvores por companheiras, aproveitando-se também a velha mesa, que alguém um dia pousou sobre a base de um fuste quinhentista. E haverá mais uma curiosidade no Bairro da Encosta da Ajuda.

Matos Sequeira.





LISBOA

NO FOLCLORE E NA POESIA CULTA DO BRASIL

A par da língua e da fé, o folclore, ou seja costumes e tradições do povo português, que pelo Brasil deixamos, constitui uma das mais fortes raízes naquela ubérrima terra fixadas.

Basta pegar em alguns dos muitos livros de folclore brasileiro, assistir a algumas das múltiplas manifestações da vida popular, para se sentir e ver como persistem na vida do povo — sobretudo do interior do Brasil — tantos costumes, tantas tradições, tantos aspectos daquilo que constitui o verdadeiro folclore português.

Lembra-o, como muitos outros mestres consagrados, o nosso caro Câmara Cascudo, escrevendo a propósito de certas lendas que são comuns aos dois povos: «os portugueses que vieram colonizar o Brasil trouxeram suas lendas e adaptaram nas ás existentes na

terra conquistada. Bastava que um detalhe coincidisse ou o aspecto geral lembrasse as estórias ouvidas na pátria. O episódio ficava assimilado com as nuances locais e se tornava um só».

É fácil compreendê-lo.

Mas o que se torna mais notável é verificar como é persistente ainda, teimosa a permanência das tradições orais.

Agora mesmo, através do dois últimos grandes livros — livros que honram uma cultura — de Luís da Câmara Cascudo — «Literatura Oral» e «Cinco Livros do Povo» — se pode abarcar até onde vão as nossas raízes no fecundo solo brasileiro, na alma desse povo.

Nos *autos*, por exemplo, — e mais uma vez o assunto foi estudado com largueza e profundidade, como tema preferencial no II Congresso Brasileiro de Folclore, realizado recentemente em Curitiba — fácil é surpreender o que ainda persiste do muito que levamos para o grande país da América Portuguesa.

Pelo nordeste — talvez a região mais rica em folclore, do Brasil — ouvem-se os cantadores, espécie de trovadores incultos, cantarem as velhas *estórias* que fizeram o encanto das passadas gerações das nossas aldeias: «A Princesa Magalona», «João de Calais», «A Donzela Teodora», «Roberto o Diabo», «Imperatriz Porcina» «Nau Catarineta», etc., algumas cuja origem remotíssima mal se conhece, mas que, passando na tradição oral, de povo para povo, de geração para geração, chegaram até Portugal e, levadas pelos portugueses, até ao Brasil, onde se fixaram e persistem.

Torna-se interessante acentuar que, no estudo com que Câmara Cascudo precede esse exaustivo trabalho — «Cinco Livros do Povo» —, põe o consagrado folclorista e etnógrafo bem em relevo que foi o estudo da Novélistica que levou os pesquisadores ao descobrimento da literatura oral. «Descobriram a sua importância. Estudavam as novelas que corriam toda a Europa, popularizadas em sucessivas edições, traduzidas, adaptadas, influenciando criações locais». E, acrescenta: «A Literatura Oral era uma persistência miraculosamente mantida através dos séculos, independentemente do ambiente letrado oficial e de tôdas as coerções do ensino ritual e administrativo».

Mas não venho tratar agora, evidentemente, deste tema, aliás aliciante, pois me move apenas referir á sedução que o nome mágico e bonito de Lisboa exerceu, o que a famosa cidade tão cantada por nacionais e estrangeiros, que em todos sua beleza produziu enfeitiçamentos, cidade em que, como canta Ribeiro Couto:

«Entre estas sete colinas,
À noite, pelos sobrados,
As janelas pombalinas
São como olhos fechados.

«Olhos que muito choraram
Pelos filhos emigrantes
Que de longe não voltaram
(Bem poucos voltaram antes).

Não voltaram... porque ficaram descobrindo novos mundos e neles fixando amorosa, ardente e heróicamente a alma da raça.

Que, por isso pelo Brasil deixou fama, sua história apaixonando poetas, que nela se inspiraram e no povo, por tradição, um remoto sentimento amoroso, que deixou rasto nos canções populares.

Necessariamente que não caberia aqui referir quantos têm exaltado aquela que como cantou o Maior de todos — de Portugal e Brasil — Camões:

«E tu, nobre Lisboa, que no Mundo
Facilmente das outras és princesa»...

Mas se tantos são os que têm elevado no altar da sua inspiração essa sedutora madona de mágico sorriso, de muitos certamente não me chegou conhecimento. E seria interessante fazer uma antologia desse suave bem querer de brasileiros enamorados de Lisboa. Os que vou citar são o suficiente para demonstrar como Lisboa vive na alma do povo irmão.

Cantam os celebrados tropeiros nordestinos:

«Minha viola de pinho,
Meu instrumento real,
As cordas são estrangeiras
E o pinho de Portugal.

Sendo o bojo da viola de pinho de Portugal, do mesmo pinho de que foram feitas as caravelas em que destemidamente se foram, afrontando mares nunca dantes navegados, a longes terras, percebe-se que também colabore na imaginação do poeta sertanejo, de que é companheira fiel e se não esquite a lembrar ao estro, espontâneo e rude, terras de Portugal.

Em *fandangos*, que no Brasil são *autos* evocadores de façanhas marinheiras, como *Cheganças de Marujos e Naus Catarinetas*, em que se dá uma mistura de marinheiros lusos com guerreiros mouros, estes saindo sempre vencidos nas escaramuças movimentadas e pitorescas, fala-se por vezes de Lisboa, há referências claras à capital formosa.

Segundo o Prof. Manuel Diêgues Júnior, «as *Cheganças* continuam sendo um dos festejos mais comuns do Natal nordestino e, sobretudo, um dos poucos que a tradição tem conservado.

«As *Cheganças* — continua o ilustre folclorista no seu ensaio em o «Diário de Notícias», do Rio de Janeiro de 25 de Dezembro de 1949 —, ou simplesmente *Chegança*, constituem danças dramáticas acompanhadas de cantos correspondentes, rememorando feitos heróicos portugueses. Nelas sobressai a ideia do grande ciclo das navegações lusitanas. E, ao lado dela, outra: a da vitória da fé contra os infiéis, os mouros».

Mas não só nestas *Cheganças*, em que colaboram também negros, estes, nas suas manifestações características, como em algumas «*taiêras*» por exemplo, lá cantam:

«Meu São Benedicto não tem mais corôa,
Só tem a toalha, que veio de Lisboa».

Imperativo de rima... ou a toalha — o que não será de admirar — foi, realmente de Lisboa?

Oneyda Alvarenga, ilustre Directora da Discoteca Pública de São Paulo e uma das mais consagradas folcloristas, discípula do saudoso Mário de Andrade, no seu livro «Música Popular Brasileira», no capítulo «*Taiêras*», cita versos que se cantam em Varginha, Estado de Minas Gerais, que recolheu em 1935, onde se inclui a estrofe:

«Meu São Benedicto
Não tem mais corôa,
Tem uma toalha
Que veio de Lisboa.
Oleré.
Jesus de Nazaré.
E, é, é...

As «Taiêras» eram apenas cortejo coreográfico, em que um grupo de mulatas «vestidas de branco e enfeitadas de fitas» se exibiam nas festas de São Benedito ou de Nossa Senhora do Rosário, padroeiros dos negros. No século passado incorporavam-se nas procissões católicas em louvor daqueles santos.

Ainda a mesma folclorista e inspirada poetisa, no mesmo livro e no capítulo em que trata de «Moçambique», cita os versos recolhidos por Mário de Andrade — um dos grandes estudiosos do folclore, que a morte avaramente, impiedosamente nos levou — em Santa Isabel, Estado de São Paulo, onde canta:

«Ai viva nossa coroa
Ai viva nossa coroa.
Ai viv'ó Sinhô Divinu..
Santo Antônhu di. Lisboa

Numa das suas excelentes crônicas em «O Jornal», do Rio de Janeiro, o também muito considerado mestre Théo Brandão — autor de uma obra já vasta — em que estudo o folclore do Nordeste brasileiro, escreve:

«Se encontram referências à terra dos «alfacinhas», é nos autos marítimos — a *Chegança dos Marujos* e a *Chegança de Mouros*, — que vamos descobrir as mais minuciosas referências a Lisboa.

«Numa das mais velhas *Cheganças* encontro as seguintes estrofes:

«Lá no porto de Lisboa
Onde nós puxemo os ferro,
Esta me dando saudades
Das meninas lá da terra.

Já mandei largar os pano
Na saída de Lisboa.
Sinhô Capitão Tenente
Não quero ajuda na proa.

Cita ainda «Adeus, adeus, Alagôas», onde há também referências à nossa soberba capital:

«Adeus, adeus, Alagôas!
Saudades, vamos levá
Da nossa pátria querida
Nossa terra natá;
Vamos marchá para a guerra
Ver o mar de Lisboa...
Adeus, adeus Alagôas
Até quando eu vortá.

Afirma o mesmo esclarecido Mestre: «Contudo é no *Fandango* (não se trata da nossa dança da região ribatejana, mas de um auto também), por isso que folguedo muito mais fragmentário, verdadeira colcha de retalhos de velhas canções náuticas portuguesas, que encontramos as maiores referências a Lisboa. Anotamos aqui, a esmo, em várias cantigas do *Fandango* por mim colhidas e gravadas em Maceió, referências numerosas à metrópole lusitana:

«Rema que rema
Quem vem de Lisboa,
Quem não rema,
Não vê coisa boa. Ai, ai...

Eu venho do mar
Eu venho do mar
Eu venho do mar de Lisboa,
do mar de Lisboa —
Como queres que eu te ame.
Eu venho pra amar coisa boa
pra amar coisa boa.

A vinte e cinco de março
Saímos nós de Lisboa, ora viva.
Feitos uns corsários da Índia
Para chegarmos em Goa, ora viva.

Na saída de Lisboa
Lá mesmo fomos *entrá*;
Fomos mui bem recebidos
Por elrei de *Portugá*

Na saída de Lisboa
Cinco saveis encontramos,
Largamos-lhe três granadas
E os mastros desarvoramos.

Adeus, ó belas meninas,
Que, de Lisboa, eu cheguei.

Adeus, terreiro do Paço.
Adeus, praia da Junqueira,
Adeus, brinco das casadas,
Ramallete das solteiras.

Adeus rua S. Domingos
No tom da *paciença* (?)
Onde vão todos os marujos
Fazer suas deligencias.

E, escreve ainda Théo Brandão: «Esta cantiga é um verdadeiro *survival*. Todos os anos, homens rudes e ignorantes trabalhadores das docas ou pescadores do alto mar, que nunca saíam de Alagoas, que nunca abandonaram a restinga de Maceió, e que não conhecem outras praias, além das de Pajussara e do Sobral e outras águas além das do canal dos Remédios e das duas lagoas — a Manduá e a Manguaba, — fardados de marinheiros garbosos, enfeitados de arminhos e galões, cantam as saudades de uma terra longínqua que os seus longínquos ancestrais ou os senhores de seus antepassados choraram dolentemente:

«Adeus, ó belas meninas,
Que, de Lisboa, eu cheguei.
Adeus, Terreiro do Paço,
Terras onde me criei.

No Castelo de Lisboa
Lá mesmo fomos *entrá*;
Fomos mui bem recebidos
Por elrei de *Portugá*.

Quando meu mestre me manda
Pôr o *meu nau* pela prôa,
Já não me sai da lembrança
As meninas de Lisboa.

Românticos... sonhadores, o seu coração cá ficava preso aos encantos feiticeiros das meninas de Lisboa. E pela tradição oral, foi a fama dos seus encantos passando pelos tempos, para que ainda hoje seja celebrada essa saudade pungente.

Das temerárias façanhas por essas longes terras também se fixou a lembrança e até o culto sebastianista, deixou eterna sementeira nas escaldantes terras do nordeste. Ainda há pouco, em notável lição no Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto, o eminente acadêmico Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Academia Brasileira de Letras, o demonstrou em estudo erudito e brilhante.

«*Sebastianismo* — afirmou o ilustre acadêmico e antigo Governador do Estado de Pernambuco — não se restringe ao sentido exclusivo do retorno do rei D. Sebastião. Era de esperar que pudesse abranger todo o movimento, no sentido da restauração de situações perdidas e desejadas. Iria até mais longe, para indicar a persistência na defesa de determinado ideal. Por isso o «Dicionário Contemporâneo», de Aulete e Santos Valente, lhe reconhecia o sentido figurado de «caturra».

Já o grande Euclides da Cunha no seu famoso livro «Os Sertões» se refere largamente ao «sebastianismo» no nordeste, citando as seguintes interessantes quadras:

D. Sebastião já chegou,
E traz muito regimento,
Acabando com o civil
E fazendo o casamento.

Visita nos vem fazer
Nosso rei D. Sebastião,
Coitado daquele pobre
Que estiver na lei do cão.

Os grandes fastos da história de Portugal impressionaram grandemente o povo mais rude do sertão, imaginando sempre grandes façanhas, enamorando-se delas, inspirando-se nelas para as suas trovas e desafios. Não foi só o Sebastianismo, as invasões francesas, de tão penosa lembrança, também deixaram marca na imaginação dessa gente simples. Gustavo Barroso, um dos iniciadores dos estudos de folclore no Brasil e nome dos mais acatados não só neste ramo da cultura, mas como historiador também, cita o «Pelo Sinal de Junó» ou do «Jinó», «composição nerónica trazida naturalmente para o Brasil quando da vinda do então Príncipe Regente Dom João, e referente à invasão de Portugal pelo General Junot», lembrando a seguinte quadra:

Faz sem pejo o peralvilho
De todo o convento praça:
Paulistas, Jesus e Graça,
E do Espírito Santo.

Lá está Lisboa, com a citação de certos lugares conhecidos.

Termina o celebrado autor da «Terra de Sol» esse seu belo artigo lembrando estas palavras que escreveu num artigo publicado no «Times», de Londres sobre o folclore brasileiro: «Mas o substrato será sempre aquele que herdou de seus antepassados vindos de Portugal, da África e das selvas americanas. Esta é a talagarça sobre que as gerações novas e futuras bordarão a terna tapeçaria dos contos e canções nacionais».

E, conclui: «Pela meia dúzia de exemplos alinhados neste trabalho, os leitores vêem que no meio dessa tapeçaria há um lugar marcado para a saudosa lembrança que a velha e querida cidade de Lisboa deixou no coração do povo transplantado de Portugal para o Brasil. É uma presença interessante em face da distância no espaço e no tempo».

Gustavo Barroso é um amoroso de Portugal e um enternecido apaixonado de Lisboa, que exalta sempre e que cantou inspiradamente neste belo soneto cinzelado no seu livro «As sete vozes do Espírito».

«Sobre sete colinas derramada,
Como a Eterna Cidade Papalina,
Olhas o Tejo e o mar, alcandorada
Na luz quente do sol macia e fina.

Porta monumental da longa estrada
Que no Oceano rasgou a peregrina
Vocação duma raça destinada
A fé cristã que as almas ilumina.

Essa longa aventura temerária
A seiva te esgotou em heroísmos
E, da riqueza outrora perdulária,

Continúas em côres rebrilhantes,
Apesar de terríveis cataclismos,
Perpetuando um passado de gigantes.»

E no artigo a que me tenho reportado, publicado em «A Manhã», do Rio de Janeiro, em 25 de Março de 1947, o celebrado autor de «Ao Som da Viola», começa por cantar Lisboa nestes termos:

«Debruçada de suas sete colinas, sôbre as águas do Tejo, a Lisboa semi-oriental do período da colonização, Nova Bizâncio e Veneza do Atlântico, incendiou com a fascinação do seu luxo e com os ouropéis do seu prestígio mundano, as imaginações dos povos sujeitos ao seu domínio. Essa influência percebe-se entre nós, através do folclore, sobretudo no Nordeste, e veio á quem da estada de Dom João VI até à primeira metade do século XIX. De Lisboa, apesar da Independência, sabia-o o povo, vinha o bom azeite e a boa azeitona, a boa sardinha e o bom bacalhau, as lajes para passeios, as cantarias para ombreiras e as aduelas para cacimbões de boa pedra lioz que o tempo amorena e vai lentamente dourando».

E, logo aponta o conhecido «Auto dos Fandangos», que os mestiços do nordeste representam em que se destacam estas quadras:

«Corre, corre, embarcação
Por essas ondas do mar,
Velejando a barlavento
P'ra chegar a Portugal.

Ó Lisboa! Ó Lisboa!
Lisboa de pecado!
Se não fosse a Lisboa,
Não seria soldado!

Quando meu mestre me manda
Correr a nau pela proa,
Sempre à lembrança me vêm
As meninas de Lisboa!

Ó fragatinha holandesa
Que andas no mar de Lisboa
Com vento su-sudoeste
Já te passei pela proa!

Ó Lisboa! Ó Lisboa!
Costas p'ra ti vou dando,
Sei o que fica atrás.
Meus olhos vão chorando!

Ó Lisboa! Ó Lisboa!
Costas p'ra ti vou dando,
C'o traquete na amura,
A amura se amurando!»

Chama, em seguida, a atenção para a seguinte quadra:

«Adeus, Terreiro do Paço!
Adeus, Memória Real!
Não volto neste lugar,
Viva o nosso General!

e mais esta:

«Acerta o remo
De ré pela proa!
Nós já estamos
No mar de Lisboa!

Lembra também que no auto do «Bumba-meu-Boi» ou do «Boi Surubí», se surpreende na boca do *Valentão* ou *Capitão do Mato* esta quadra, bastante vulgarizada:

«Atirei um limão verde
La na Torre de Belém,
Deu no oiro e deu na prata,
Deu no peito do meu bem!

Mas não é só no Nordeste que aparecem com frequência estas referências à nossa Lisboa, aquela de quem a grande poetisa Cecília Meireles, na sua encantadora «Evocação Lírica de Lisboa» (publicada na Revista «Atlântico»), diz que se se perguntar às gaivotas onde irão poisar, *depois de terem visto o mundo, as viagens, o ar sem termo, a largueza da água, responderão: «Em Lisboa!»* Também por outras bandas do Brasil imenso e tão variado, se ouve cantar Lisboa. Do «Cancioneiro Tanabiense», de Sebastião de Almeida Fernandes — Tanabi é uma cidade do Estado de S. Paulo, região da Alta Araraquense —, recolho, por exemplo esta quadra humorística.

«De Lisboa me mandaram
Um presente com seu mólho;
As costelas de uma pulga,
E o coração de um piolho.

Mas as gaivotas que povoam o Tejo também impressionaram outro grande Poeta brasileiro, Augusto Frederico Schmidt, que lhes pede:

«Dizei-me um adeus mais prolongado
duro é partir com um céu assim,
céu de verão em pleno outono,
céu que parece do Brasil».

Um adeus, que é o desdobrar lento de um lenço a despertar saudades...

Por toda a parte, no Brasil, onde haja uma viola, se não esquece Lisboa. E a viola é coisa antiga no Brasil, levada também por nós. Coeva dos primórdios da colonização, pois já Fernão Cardim, o famoso cronista, a ela se refere.

Uma que outra vez não foi para louvar a vetusta e sempre nova capital. Sílvio Romero lembra que por ocasião da Independência, em certo «Boi Espácio», em que se alude a *marotos*, como eram então no Brasil designados os portugueses, se cantava esta quadra, pouco amável:

«Os cascos do Boi Espácio
Dêles fizeram canoa.
Para se passar Marotos
Do Brasil para Lisboa...»

Podia, porém, ser peor. E é natural que por então aparecessem algumas mais agressivas. Mas isso não altera o conceito em que Lisboa foi sempre tida em terras brasileiras.

Geraldo Brandão, por sua vez, no número 2 da revista «Folclore», magnífica publicação do Centro de Pesquisas Folclóricas Mário de Andrade, de São Paulo, refere-se a uma festa de São Gonçalo, a que assistiu em Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, em 30 de Dezembro de 1950, e na qual ouviu as seguintes quadras, uma no primeiro mistério e a outra no terceiro, onde há referências a Lisboa, apesar de São Gonçalo ser conhecido também lá, como de Amaranthe:

«São Gonçalo de Lisboa,
Espelho de Portugal,
Ajudai nos a vencer
Este batalhão real.

São Gonçalo de Lisboa,
Tem sua graça como quer,
Filho da *Virge* Maria
E também de Santa *Isaber*.



Em artigo publicado em «O Diário», de Belo Horizonte (Minas Gerais) em 24 de Agosto de 1952, o escritor Alphonsus de Guimarães Filho, nome bem conhecido nas letras brasileiras, salientava o grande papel de «Portugal na poesia brasileira». Nele começa por afirmar: «Portugal transmitiu ao Brasil uma herança de sonho e poesia. Sofremos igualmente a nostalgia de seres ilhados á terra e fascinados pelos horizontes marítimos. Também em nós permanece o desejo das viagens, a misteriosa saudade de terras desconhecidas, o apêlo do Longe, das paisagens que se ocultam na bruma como sentimentos que mal se desenham no coração e, vagos e indefinidos, nem por isso são menos perturbadores».

E vem depois um alarga teoria de valores poéticos, uns que conheceram Portugal vindo cá, outros conhecendo-o através da sua História, daquilo que os seus ancestrais lhes contaram numa evocação saudosa. Alphonsus Guimaraes, que não esteve cá, mas em cujas veias corria sangue português cantando:

«Hôrto e estrélas para quem padece!
Ail doce terra de meu pai, jazigo
de tudo quanto nobre foi! Pudesse
dormir, Alphonsus no teu seio amigo...»

É Augusto Frederico Schmidt, a que já me referi, quando dizia adeus às gaivotas do Tejo; é Manuel Bandeira, logo no seu livro de estreia exaltando Camões; é Jorge de Lima, cuja morte acaba de nos deixar a sofrer uma cruciante saudade, já na sua juventude, sonhando ser marinheiro de Sagres — «marinheiro audaz, irá contar ao bugre as façanhas da sua mocidade» —. Amadurece nos anos e na forma poética,

«Virado para o Marão o avô morrido
e o pai nesse Nordeste sepultado.
Rio Lima e Mundáu. O filho nado,
em limo e sal de mar sobrevivido.
.....
sobolos rios e sobolos oceanos,
só uma rota de nau fragmentada
no roteiro dos mares lusitanos.»

é Cecília Meireles — «poetisa cujo lirismo assenta na grande tradição dos cancioneiros» —, de que já aqui citei a «Evocação Lírica de Lisboa» e que na «Vaga Música», canta à maneira antiga:

«Olival de prata,
veludosos pinhos,
clara madrugada,
dourados caminhos,
lembrai-vos da graça
com que meus vizinhos,
numa cavalgada,
com frutas e vinhos,
lenços e escarlata,
cestas e burrinhos,
foram pela estrada,
assustando os moínhos,
com suas risadas,
pondo em fuga cabras,
ventos passarinhos...»

É Guilherme de Almeida...

Esse lembra que, na peregrinação forçada a que os azares da política atirara um grupo dos maiores brasileiros naquele ano de 32, com rumo ao velho solar da raça, um seu camarada exclamara: «Lisboa... Só «boa»? Não! É Lis... ótima!». A Lisótima que os acolhera como a filhos mal tratados por uma hora de azar da fortuna, como mãe carinhosa. Esse, o grande poeta do «Livro de Horas de Soror Dolorosa» e da «A Frauta que eu perdi», para não falar em tantos outros, canta em prosa poética os encantos de Lisboa que o enfeitiçara... Tejo... Torre de Belém... Castelo de São Jorge... ruínas do Carmo... Graça... Estrela...

Lisboa... a colorida, que tinha crisântemos nas janelas, no outono em que chegara, e dos olmeiros castanhos da Praça Camões as folhas fugiam sob o choro chilreado dos pardais.

É Ribeiro Couto, a quem também já me referi, com um livro todo, de Lisboa enamorado, o seu «Entre-mar e Rio», em que no seu exílio de diplomata, canta as saudades que levou e aumenta as que aqui, entre nós, deixou. É Afonso Lopes de Almeida, a quem o enternecido Martins Fontes, no átrio do seu poema «Lisboa», insculpido no seu livro «Cidades Eternas», diz ser o *mais português dos poetas brasileiros*, filho de outro grande poeta — esse nascido cá — Filinto de Almeida. Este, ao chegar a Lisboa, na amurada do navio, responde à curiosidade da loura Miss que o cativara, sua companheira de viagem:

E eis a sagrada Torre... «E aquela torre?... Que é?...»

«É o marco inicial de uma estrada encantada,
«Que assomos de ambições, de energia e de fé,
«Pela quilha das naus e o gume dos montantes,

«Através o Oceano profundo
«E de terras incognitas distantes,
«Por loucos, heroica gente foi rasgada».

«E, onde vai ter?... «Dá a volta ao Mundo!»

.....
Oh, Torre de Belém dos meus passados anos!
Velas pandas, ao vento, ao sol claro, fagueiras,
De ti partiram, como naus aventureiras,

As minhas esperanças, que primeiras
Se perderam no mar dos desenganos!

«E aquele monumento,

«Branco, que se ergue junto ao cais, como uma flor?...»

«É um mausoleu... Foi um convento».

«E como esplende o sol! «É de um fogo interior,

«Há estrelas

«Extintas, que ainda brilham, podes vê-las

«Pois a luz que geraram continua

«Pelo espaço, a fulgir... Luz que já não é sua,

«Pois que o astro morreu;

«Mas nossa, mas só nossa, que ainda a vemos

«Límpida e pura a arder, viva, no nosso céu...»

«A d'este, que assim vai dos espaços sidérios

«Aos limites extremos,

«Ilumina dois céus, cobre os dois hemisférios:

«Astro morto a aquecer, a aclarar amplidões,

«Fulgor que se propaga indefinidamente

«Na distância sem fim...»

«Ali, naquele mausoleu, há um sol assim».

«Compreendo vagamente...»

«E, como se diz *sol*, em português?... «Camões».

E, finalmente, Martins Fontes, todo entusiasmo, todo bondade, todo coração, a dizer-nos assim neste amoroso jeito a sua exaltação em face a Lisboa que o deslumbra:

«Em certo reino, à esquina do planeta...»

Ei-la, a linda sultana lisboeta,

Sob a safira concava do azul!

Seu vulto airoso de odalisca assoma

Sobre sete colinas como Roma,

Sete outeiros em flor como Istambul.

«A cidade de mármore e granito»,
Da amplidão do passado ressuscito,
Ante meus olhos faço fulgurar.
E assim começo a conhecer Lisboa,
A donosa rainha, bela e boa,
A princesa do Tejo e flor do mar!

Perpassa a história de Portugal, numa cavalgada heróica e fascinadora, que a beleza e a grandeza de Lisboa faz evocar ao Poeta, depois recorda as páginas dos que foram «os grandes» nas letras... prosadores... historiadores... poetas... Aquele que

«..... Na nau dos Burgaleses,
Que para as Índias no outro mez irá,
Vai um mancebo, que no pai se fia,
Fidalgo, morador à Mouraria,
Filho de Simão Vaz e Ana de Sá.»

.....
Nesse escudeiro, esplêndido rapaz
De vinte e cinco anos, guapo e forte,
Ó Portugal, num mágico transporte,
Sinto que tu, por ele viverás...

E segue a oração sentida:

«Lisboa, escuta os arpejos
Do Tejo, a murmurinhar,
Toda sonora dos beijos
Que se casam ao mar.

E, rindo, entre os azulejos,
E um florido laranjal:
São azahares os beijos
Que perfumam Portugal.

.....
Se Portugal uma vela
Puzesse em cada lugar
Que sua glória revela,
Seria o mundo um altar.

Se o mar falasse, diria,
Vendo a Praia Ocidental,
Que o Sonho e a Melancolia
São noivos em Portugal!

Lisboa, em noite de amores,
Em ti não sei calcular
Se o alvor da noite é das flores,
Se o perfume é do luar.

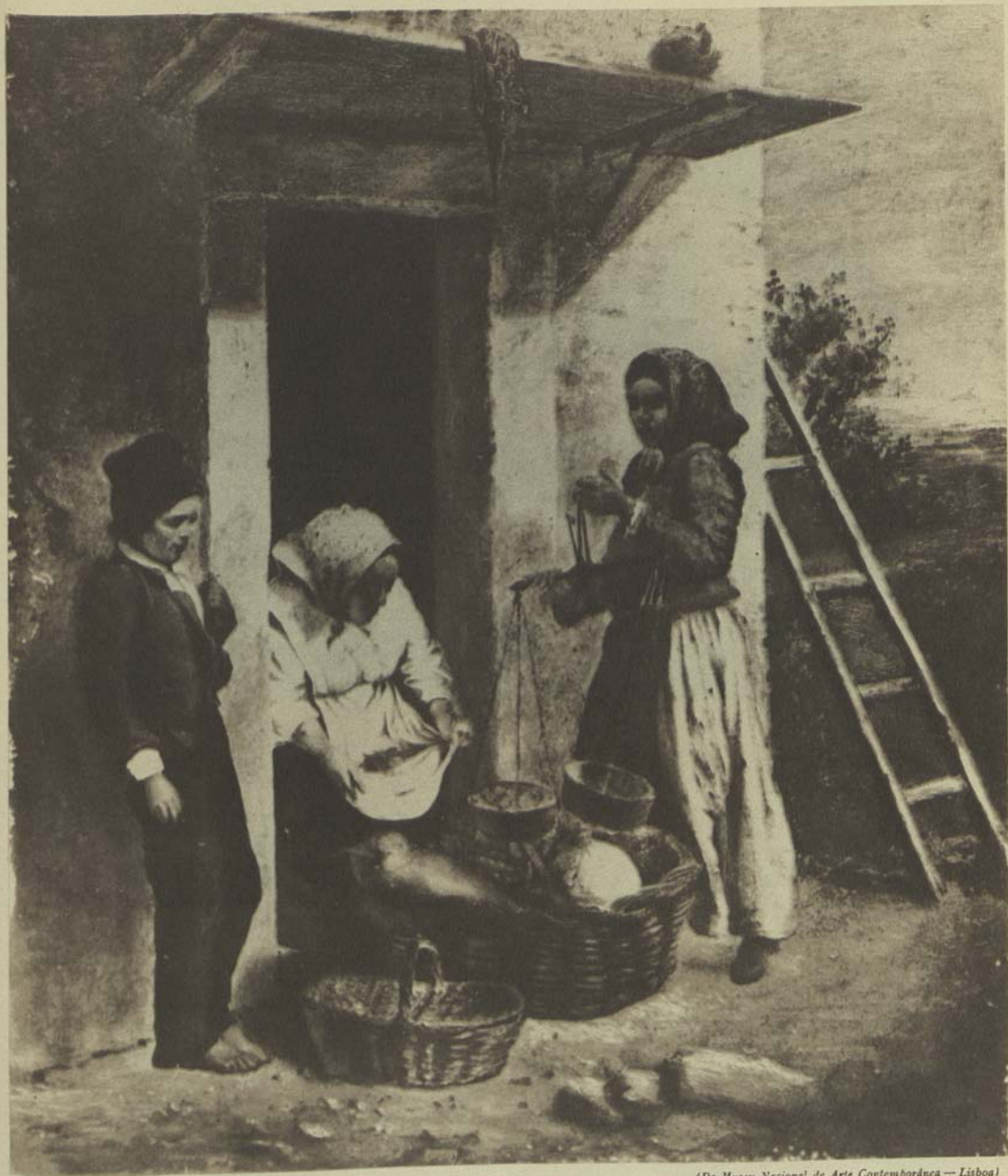
.....
Lisboa em seu seio encerra
A maravilha sem par:
Ela é o brilhante da terra,
Ela é a pérola do mar.
.....

Capela, pura e bendita,
Que, na sua placidez,
É a casa em que Deus habita,
Porque Deus, é Português...

Por tudo isto, parece-me, que não há que duvidar de que são da mesma família Brasileiros e Portugueses, ambos irmanados pelo mesmo orgulho patriótico, porque lhes é comum uma história de grandes e maravilhosos empreendimentos.

Castão de Bettencourt.

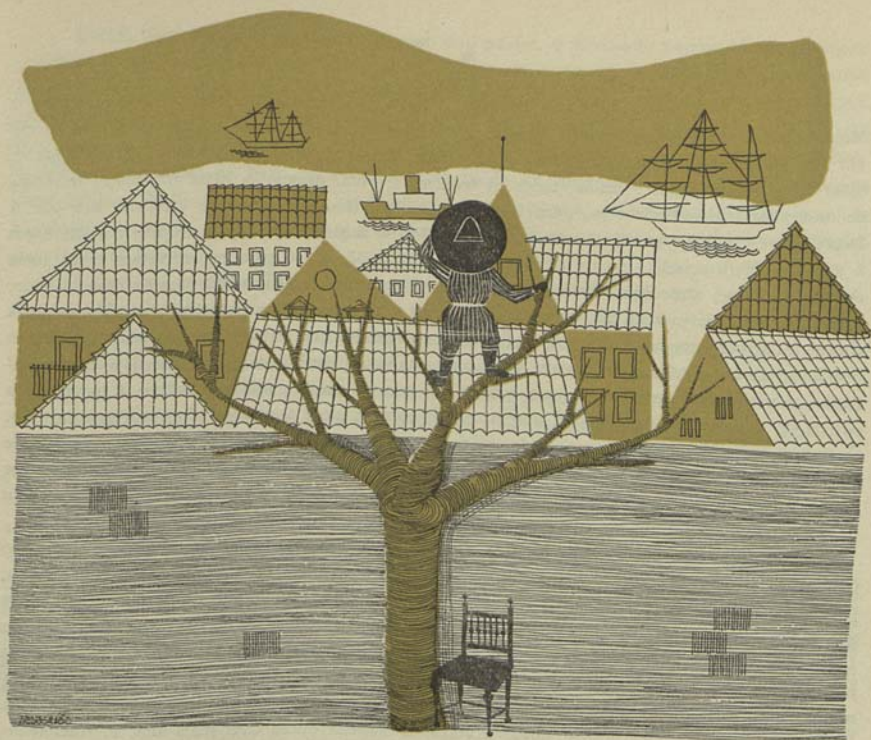




(Do Museu Nacional de Arte Contemporânea — Lisboa)

VENDEIRA DE HORTALIÇA — LISBOA

(Pintura a óleo por Joaquim António Marques)



MEMÓRIAS DE ONTEM
UM BAIRRO,
UMA ÉPOCA

○ que se segue não é propriamente uma crônica, e, menos ainda, um estudo. Talvez não devesse considerá-lo, também, página de «Memórias», pois a esta palavra se dá um sentido formal e conceituoso. Trata-se apenas, modestamente, duma evocação, simples lembrança duma época num bairro. Época que os mais novos já não conheceram, bairro que aos poucos vai perdendo a sua fisionomia anterior. «Memórias de ontem» pareceu-me, porém, a designação mais apropriada, pois se trata de figuras, episódios e paisagens, conhecidas ou vividas, num passado pelo menos cronologicamente ainda perto de nós, póstico possível, isso sim, do Livro de Memórias a escrever um dia, decerto bem mais rico de pitoresco — e de experiência.

Não me lembro quando foi que descobri o Mundo do alto da figueira do meu quintal. Creio que a arte de trepar às árvores se nos revela um dia, de repente, quando percebemos que não chega pôrmo-nos em bicos dos pés para o olhar atingir mais longe... Então, todos os recursos servem, mesmo os mais arriscados, na ânsia de desvendar outros horizontes, para lá dos que a prudência das pessoas crescidas nos põe à frente. Deve vir daí a grande aventura dos telhados, o mistério dos sótãos escuros e essas fugas à mão da «Mademoiselle» ou da criada, nos jardins públicos, só para encontrarmos meia dúzia de passos adiante, atrás duma árvore ou no fundo duma gruta, a alegria vitoriosa do desconhecido. No íntimo de cada criança há um navegador que se ignora, um aventureiro que talvez nunca chegue a dar por isso, um herói sem pretexto. É raro porém que os pais o vejam assim e acontece que, quanto mais a tolhem ou vigiam, mais aumenta esse impulso animal de liberdade que acompanha os passos do homem desde que começa, de pés no chão, a andar sozinho e a tomar consciência de si próprio. Tudo isto, é, porém, muito complicado e a criança só o sabe por instinto. Quando o aprende, nos livros e na vida, já perdeu a frescura saudável da infância e, como pede aos outros que a ajudem a pensar, transforma os instintos em ideias, e acaba mais tarde por perder-se, na grande confusão da idade adulta. Soubesse ela desde logo como as coisas se vão passar depois — e decerto olharia com menos inveja para as pessoas mais velhas.

Por mim, não sei quando foi que descobri que bastava trepar ao alto da figueira do quintal, espreitar por cima do muro, e logo ver, para lá doutros quintais parecidos com o meu, para lá de telhados baixos e irregulares, uma nesga do Tejo, um bocado do Mundo. Tudo cabia ali: países estrangeiros em que ouvia a família falar, a secção de brinquedos das «Galeries Lafayette» que publicava desenhos tão sugestivos, no «Excelsior», «Ali-Bábá e os quarenta ladrões», as «Mil e uma noites» e os contos de Ana de Castro Osório. Mundos reais ou imaginários, mas mundos fechados, inacessíveis à experiência dos sentidos, impalpáveis, distantes. O muro, a árvore, novos muros, novas árvores, a empena duma casa mais alta, e, finalmente, o Tejo, davam-me uma imagem exacta, só mais tarde saberia quanto exacta, duma realidade que eu aceitava assim mesmo, sem pensar, tal como a via: para chegar ao rio, por aquele caminho só meu, não me interessava, evidentemente, sair pela porta ou pedir aos meus pais que me levassem lá — era preciso vencer os obstáculos de pedra e cal, de troncos e folhas secas. Mas, ao cabo, lá estava o rio, caminho aberto para todas as experiências e só por isso valia a pena tentar...

Assim, uma criança que fugia para a água-furtada de casa, debruçava-se numa janela, começava a sonhar e transformava as imediações pobres em estradas maravilhosas para o desconhecido. Ali, naquela convergência propícia de quintais, a S. Bento, em mim, a vida real se habituou a contar com a vida ideal e de tal forma que, até hoje, nem o tempo nem os homens, conseguiram separá-las.

O sítio não tem especial valor histórico nem muito pitoresco urbano. Faz-lhe sombra, para efeitos sérios de monografia ou ensaio — e não é esse o caso, — o velho Bairro Alto, a cuja orla se vieram encostar no princípio do século XVII, os frades franciscanos que fundaram, ali perto, o Convento de Nossa Senhora de Jesus. Castilho, a este respeito, é terminante: «Quem fôsse áquelas paragens há três séculos, que encontrava? Nada senão uns cardais e, no meio do deserto, uma ermudinha da Senhora, servida por um ermitão, unico folego vivo que se gosava de tal remanso».

Depois disso, muita água correu debaixo das pontes, o terramoto parece não ter poupado o edificio antigo e a Igreja das Mercês que se ergue hoje em pleno largo, tão representativa na sua magestade sobranceira, da arquitectura religiosa do século XVIII, deu o golpe mortal ao subúrbio. A cidade, entretanto, crescia, e todos os arredores que se estendiam em encosta pelo Bairro Alto até S. Bento dos Olivais, foram perdendo, aos poucos, o seu carácter ermo. A História nada traz de novo, e, como sempre havia de succeder séculos em fora, as hortas dispersas iam dando lugar às casas de habitação e, aos poucos, os terrenos silvestres tomaram a competente feição urbana. Após o terramoto, Lisboa teve um grande surto de construção, alargou-se, respirou.

A Travessa de Santa Teresa está encaixada já no fim do talvegue que desce das imediações da velha Cotovia até aos Olivais de S. Bento. Creio que o seu perfil relativamente recente — data de 1763 (1) — e os dos arruamentos que lhe ficam perto, tem origem no respeito que o Convento dos padres beneditinos merecia. Dizem os entendidos lisboetas, que só de há um século e tal para cá, aproximadamente, com a construção do Palácio das Cortes sobre o antigo Convento, se aproveitou a sua Cerca para a abertura de ruas que mantêm, aliás, e bem, nomes de santos da Ordem: S. Bernardo, Santo Amaro, S. Plácido, e outros. Mas do lado oposto, são praticamente ruas sem História, algumas condenadas, ao que parece, a desaparecerem ou a serem sacrificadas, parcial ou mesmo profundamente, às exigências da urbanização progressiva, como a da Quintinha, a Travessa das Parreiras, a Rua Nova da Piedade. Já há anos se extinguiu o velho mercado de S. Bento em cujo local se exhibe agora um daqueles jardinetes, muito cuidados, é certo, mas onde não sei porquê, vejo poucas crianças a brincarem; há quinze anos, se não erro, o Arco em estilo dórico, lá de baixo, conduta de água para o Chafariz da Esperança, foi transferido para parte incerta, com as suas pedras devidamente catalogadas, e de facto, não se justificava muito, ali, à ilharga do Palácio renovado. No sítio, só a Praça das Flores, mantêm ainda o seu calmo tom suburbano, refúgio soalheiro da velhice nas longas tardes brancas.

Mas as primeiras casas que os nossos olhos viram, as primeiras pedras que pisámos, valem para nós mais do que todos os monumentos, paisagens e belezas do Mundo. A Travessa de Santa Teresa não terá História. Mas aquele muro florido que torneja para a Rua da Quintinha ou o Pátio desconjuntado que esconde os seus degraus puídos, mesmo ao lado da casa em que nasci, são para mim elementos duma História por vezes mais importante que a dos livros, aquela que cada homem transporta consigo pela vida fora e a que, afinal, regressa sempre, para — milagre desse encontro com a infância — vencer as asperezas do caminho.

Sim, talvez aquelas ruas não tenham História no sentido solene da erudição e da importância. Mas já têm passado. Quando uma Rua ou um Bairro, vai sendo caracterizado pelo tempo, definido, é que adquiriu já a serena compostura da maturidade; quando alguém, ao deter-se junto duma casa, inexpressiva embora, a liga a factos remotos, imperecíveis, de anos atrás, ou a figuras que para sempre se esfumaram no mudo silêncio da saudade, então essa Rua ou esse Bairro já podem rever-se, orgulhosos, em seus pergaminhos de nobreza: têm uma alma. A alma dos sítios é obra do tempo e das sombras.

(1) Matos Sequeira, in «Depois do Terramoto». Acrescenta o erudito cronista que ali morava Cirilo Machado e que o arruamento foi, alternadamente, ora Rua, ora Travessa.



Os pontos cardiais da minha meninice falseavam a Geografia e eram três: o jardim da Patriarcal, a casa da minha Avó, na Rua do Vale, a Jesus, e a nossa casa.

É cada vez mais frequente pensar na infância... Lembro-me, então, que os meus primeiros passos me levavam sempre da Travessa de Santa Teresa ao velho solar setecentista, de varandas de ferro e portal baixo, na rua estreita que Malhoa escolheu para motivo duma das suas manchas lisboetas. Era ali, no topo da sua escada íngreme, de pedra, dum só lanço, que eu encontrava esse centro familiar, sem o qual a criança ou o homem vive desgarrado no tempo, não sabe quem é nem para onde vai. Todos os elementos indispensáveis à exigência infantil do sonho com a vida ali se reuniam: os quadros de família, a criada antiga e os seus doces, os corredores sombrios e o seu mistério, o álbum encadernado a ouro, prendendo, nas ranhuras das folhas de cartão, grossas fotografias desmaiadas, e, ao centro de tudo, omnipresente, vigilante, dirigindo, uma Avó que não conhecera nova e que era, na casa antiga, o traço de união entre o passado e o presente. A certeza de que o passado existira.

(Quando hoje em dia vou a casa de amigos que pagam a peso de ouro os seus andares com três casas de banho e mármore ricos, todos iguais entre si, iguais na decoração de artistas «chiques», iguais nas passadeiras fofas, iguais na divisão dos quartos, iguais nos aperitivos que se bebem, nas comidas e nas conversas — penso com saudade na digna modéstia das antigas casas nobres de Lisboa... Casas que eram confortáveis sem luxo, discretas sem pobreza. Casas que, numa sala ou até numa escada, reflectiam a personalidade dos seus moradores. Casas onde se vivia e morria. E penso que as casas de hoje, com seus inquilinos efémeros, sem retratos de família e com Avós muito divertidas que não se resignam a passar dos trinta anos — são, afinal, um sintoma da triste uniformidade sem grandeza duma época sem cor).

Entre o Jardim da Patriarcal, a Travessa de Santa Teresa e a Rua do Vale, a Jesus, cabia o Mundo da minha infância; para além desse Mundo confortável e íntimo, apenas uma ou outra incursão em domínios temerários: a quinta dos Campos Soares, ao Lumiar era já quase tão longe como a praia de Cascais onde passavamos o Verão. De S. Bento ao Lumiar levava-se, de eléctrico, hora e meia, com as longas paragens dum percurso que não mudou muito. Era uma festa, esse passeio ao Lumiar, com a atracção do campo para correr e dos bolos caseiros que ali me esperavam. As vezes ia só até meio caminho, ao Campo Grande, que durante algum tempo foi pela manhã um plágio caricato do «Bois de Boulogne»: cerca de 1924 ou 1925 era ver nos «Hudson» ou «Overland» abertos, da época, as nossas elegantes passearem ali pela manhã, chapéus enterrados até às orelhas, como era moda, à espera de que a «Ilustração» lhes publicasse o retrato. Eu, confesso, preferia-lhes o Chalet das Canas com o seu macaco mágico, que me fazia imenso medo...

Mas os recreios ao ar livre procuravam sobretudo a Patriarcal, onde havia pás e ancinhos para brincar. Mais do que o balouço monótono ou os peixes vermelhos, ainda então acessíveis, do grande lago central, seduzia-me esse arremedo de jardinagem ou lavoura, a cinco tostões por meia hora. É fatalidade da maior parte dos homens procurar ser, sobretudo, o que jamais será, ambicionar o que não virá nunca a possuir... Antes mesmo que a Patriarcal fosse para mim a Biblioteca pública debaixo do cedro, ou o banco discreto, onde cerca dos doze ou treze anos tentava desvendar os horrores da aritmética liceal. o Jardim público dava-me essa ingénua ilusão rural que era ainda uma forma de sonho, como outra qualquer. Ao voltar a casa, à tarde, esperavam-me os quintais vizinhos que se desdobravam, como eu quisesse, para

lá das fronteiras materiais dos muros, a terra pobre dos canteiros, aberta a todas as minhas fantasias agrícolas. E só acordava quando a voz quente da vizinha me estremecia a imaginação e os nervos com o estribilho de revista em voga: «Vem, vem junto a mim, dá-me o calor da tua mão»... Não ia, é claro, nem dava. Mas, sem saber porquê, gostava de ouvir aquela rapariga alegre.



O meu bairro natal teve num dado momento as suas ligações jornalísticas que tão bem se enquadravam na minha atmosfera familiar e ajudavam às minhas ilusões de infância. Logo na rua acima, na Travessa da Palmeira, morou muitos anos Mimon Anahory, que sem ser propriamente um profissional de Redacção, teve na imprensa portuguesa da época, com o A. B. C. (em colaboração com Rocha Martins que morava na Rua Manuel Bernardes, à Praça das Flores) e no «A. B. C. zinho» — encanto semanal da minha meninice — uma funda acção renovadora; perto, na Rua da Procissão, residiu, também, durante largos anos, Acúrcio Pereira, grande amigo de meu Pai. Quando este consentiu, finalmente que o acompanhasse ao «Diário de Notícias» — o velho «Diário de Notícias», da Rua dos Calafates — foi para mim uma festa! Acúrcio Pereira mostrou-me a redacção, desvendou-me os arcanos misteriosos da papelada, dos originais e das provas que se acumulavam sobre a sua secretária de tempo americano... Depois fui para a sala, estreita sala de visitas, esperar que meu Pai findasse o seu trabalho. Durante duas horas, que ali estive, entraram muitas pessoas a fazer pedidos, a cumprimentar. Lembro-me de ter fixado, porém, uma senhora nova, vestida de luto pesado, que, muito comovida, ia ali agradecer o noticiário que o jornal publicara pouco antes, quando seu irmão morrera num desastre de aviação. O nome do aviador viera nos jornais e eu notara-o: Apeles Espanca. O seu, dito simplesmente ao contínuo, impressionou-me muito pelo contraste com a tristeza dum olhar umedecido: Florbela.

A lembrança do meu bairro natal ligo também para sempre os nomes dos amigos da minha família que ali moravam e de que a maior parte alcançou há muito a paz definitiva. A nossa casa foi muitas vezes, entre 1914 e 1928, na sua modestia de pequena moradia burguesa, centro de reuniões a que, evidentemente, não podia assistir, mas de que compartilhava a distância, na atenção com que à noite ouvia meus Pais trocarem impressões. Ali a dois passos, na Rua da Quintinha, morava o pintor Velloso Salgado e no mesmo prédio, no último andar, o jornalista Avelino de Almeida — que impôs no «Século» os milagres da Fátima com a sua autoridade de descrente — e no rés-do-chão o escritor Hemetério Arantes, um dos espíritos mais curiosos que tenho conhecido. Era um dos meus prazeres proibidos ir, como pessoa crescida, a casa de Hemetério Arantes, que não me cansava de ouvir e que sabia receber, com a mesma simpatia, a criança, que eu era ou o que havia de melhor na vida literária e mundana lisboeta. Com sua Mulher — falecida há poucos anos, e a quem se deve a grande obra social de readaptação ao trabalho das presas na Cadeia das Mónicas — e seu filho, então nos primeiros anos da Universidade, literato e artista desviado para a advocacia e para a política, a família Arantes fazia um conjunto harmónico da mais pura «classe» intelectual, indeligiável das minhas primeiras emoções de espírito. Não havia ainda, há cerca de trinta anos, a moda dos apressados «cocktails», essas reuniões em que — ignoro de quem é a definição — «pessoas que não se conhecem, falam de assuntos que não lhes interessam». Como num certo «meio» as pessoas

não se davam com os Governos de então, as recepções elegantes não tinham por detraz qualquer objectivo político, económico ou comercial, e as reuniões literárias eram exactamente isso e não queriam ser outra coisa. Estavam, com proveito geral, mais definidos os campos e não havia perigo de confusão. Os diplomatas tinham as suas relações oficiais, mas preferiam as outras, numa espécie de evasão a que achavam graça; a aristocracia era mais pura, as elegantes mais discretas e o «snobismo» mais «snob».

Tanto em nossa casa como na de minha Avó e Tio, passavam com frequência grandes nomes da vida portuguesa de então. Raros se lembrarão hoje do Dr. Cardoso de Oliveira que foi Embaixador do Brasil, do Ministro de França, Pralon, cujo filho, companheiro da minha infância, viria a morrer heróicamente na guerra de 1939, do Dr. Sousa Rodrigues, que fundou o Crédito Predial, ou do seu simpático colaborador Amadeu de Mesquita; os mais novos já não ouviram Sara Ferreira Marques nem frequentaram as suas recepções, tão heterogéneas, de que ainda assisti às derradeiras; desses salões que fizeram uma época, e que, com suas fraquezas e glórias, tinham inegáveis méritos, chegou até mais tarde o de Madalena de Martel Patrício e ainda sobrevive, com a sua frequência actual de Reis no exílio e artistas em trânsito, o de Elisa Pedroso. Mas fechou-se há muitos anos para sempre a casa de Branca de Gonta Colaço, na Estrada da Luz, a Benfica, e já não cheguei a tempo de ouvir as conferências de Veva de Lima, na Liga Naval...

A literatura tinha repercussão, os escritores valiam pela sua obra e havia de vez em quando, nuns recintos chamados salas de espectáculo, uma coisa de que na sua expressão artística já poucos se lembram e que era — Teatro. Receber em casa um grande escritor ou um grande pintor era um acontecimento. Quando havia um recepção os donos da casa diziam aos convidados: «não falte, vem o Afonso Lopes Vieira» ou então «vem o Columbano», como antecipada garantia de que só por isso, valia a pena ir. Os nomes ilustres não andavam vulgarizados, talvez também porque não havia tantos nomes ilustres... É que, na pacatez duma vida social ou artística, em que todos mais ou menos se conheciam e respeitavam, a selecção era fácil pois os homens valiam, de facto, pelos seus actos ou pelo seu carácter, e só muito secundariamente pelo que constitui aquisição exterior: o dinheiro, a posição, as influências.



A Travessa de Santa Teresa, na sua modesta condição de nem ser rua, orgulha-se também duma vizinhança aristocrática que de certo modo a brasona. Morreu cedo o Visconde de Sanches Baena que morava no palacete, bastante recente, aliás, da Rua de S. Marçal, onde ainda vive, ao que julgo, sua viúva. Logo adiante, o Palácio dos Condes das Alcáçovas, com suas linhas setecentistas, dum único andar; lembro-me do incêndio que em 1922 alarmou todo o Bairro. Ali vivia, apenas, se não erro, a Condessa-Mãe, falecida há poucos anos — e só há pouco, também, mudaram para lá os seus filhos e netos que fizeram muitas obras no prédio, sem prejuízo, no entanto, da sua fisionomia tradicional. Na parte sul, morou o Conde da Ponte. Perto, o Palácio dos Mendias, a maior casa do bairro, com quatro frentes e que será felizmente poupado à urbanização renovadora do local... É um amplo edifício, transformado no princípio do século, segundo projecto do architecto Ventura Terra, com a sua escadaria de mármore, em que se encontram bons quadros de Veloso Salgado.

O centro vivo do bairro, porém, não estava nas residências solarengas, mas em frente, na Capela da Ordem Terceira com o edifício correspondente ao antigo Hospício dos Terceiros e que, recentemente, em 1930, passou a ser Hospital. Foi na Capela da Ordem Terceira que me fiz cristão e ali cresceu e se formou o meu sentimento religioso. Durante longos anos a Capela foi, sobretudo, a mística e doce presença do Padre Augusto de Araújo. Cerca de 1924 a «Juventude Antoniana», e, depois, os «Filhos de Maria» foram tentativas locais, sérias na sua simplicidade, de associação religiosa masculina; ali nos reuníamos uma vez por mês, na primeira, em plena infância, o Eugénio Mendia, os Braganças, os Alcáçovas mais novos, eu, e muitas outras crianças do Bairro às quais, é claro, não se pedia Livro de Linhagem... Mais tarde, em plena adolescência, a democracia era, sobretudo, no calendário. Havíamos transitado da «Juventude Antoniana» e encontrámos nomes mais velhos que nos lisonjeavam: o Dr. Pequito Rebelo, o Professor Jorge Oliveira Simões, o então Capitão Campos Soares e meu Tio D. António Forjaz, que normalmente, porque a Rua do Vale, a Jesus é a dois passos, nos convidava a todos, depois da missa, para um «pequeno almoço», num ambiente forçosamente intelectual ou científico, em que alguma coisa aprendi.

A medida que o tempo passa, em cada esquina do bairro em que nasci há sempre uma nova sombra fúgida. Dentre todas as que me cercam, penso que a do Padre Augusto será uma das mais duradouras, de tal forma está agarrada às pedras destas velhas casas — dos solares armoriados com suas grades de ferro e dos tugurios pobres, de telhas baixas, como essa estalagem da Rua da Cruz dos Poiais onde ainda hoje, vão pernoitar camponeses e mercadores como no século XVIII. A todos, fidalgos e plebeus, o Padre Augusto atendia, aconselhava, acarinhava. Vi-o muitas vezes enxugar com um sorriso de esperança as lágrimas dessa «pobreza envergonhada moral» que se atordoa em luxo, tão digna de compaixão como a outra, e que só espera, às vezes, uma palavra salvadora... Vi-o passar sozinho pela minha rua — esse heroísmo sem publicidade! — em plena revolução, indiferente às balas que nos estilhaçavam os vidros e furavam os tectos das casas, para levar o Senhor a um moribundo. O que posso dizer do Padre Augusto, esta simples legenda duma fotografia imaginária — «casou meus Pais, baptizou-me, baptizou meus irmãos, casou-me, fechou os olhos a meu Pai, a minha Avó» — dezenas, talvez centenas de vizinhos meus e de gente dos mais distantes pontos de Lisboa poderiam dizê-lo comigo, como se fosse, agora, uma oração. Das suas palavras, das suas práticas, do seu conselho, beneficiaram durante quarenta anos milhares de pessoas, entre essa triste multidão de pecadores que nós somos. A sua indulgência, que alguns achavam excessiva, deve ter salvo muitas almas.

Em torno da Capela da Ordem Terceira e da Igreja das Mercês, edifícios, instituições, locais, já com sua tradição própria, aguardam os eruditos e os cronistas... É a solene Academia das Ciências, no antigo Convento de Jesus, o Liceu de Passos Manuel, o Largo do Poço Novo, onde funcionava no meu tempo de estudante a séria Livraria Sá da Costa, no prédio de esquina onde é hoje uma Leitaria reluzente de cromados, e em frente, do outro lado, a Tabacaria da «Palmirinha» que ainda existem ambas, a Tabacaria e a Palmirinha — tão popular, já vai para três gerações... E o Colégio Calipolense e a Escola de Rodrigues Sampaio. Casas, episódios, momentos... É tudo isto, afinal, que faz a História.

Está intacta, felizmente, a Travessa de Santa Teresa. Vai, porém, longe o dia em que na minúscula sala de jantar da nossa casa se festejou a luz eléctrica, quando os suaves «abat-jours» de seda vermelha dos candeeiros de petróleo, foram guardados para sempre no quarto das arrumações. Já não espero ver chegar a tipóia da «Alliança» para eu ir com meus Pais fazer visitas,

aninhado sensualmente no cabedal cheiroso do estofa, aos tropeções da carruagem pelas ruas esburacadas... Secou há muito a velha figueira do quintal e quando volto «dá casa» e subo à água-furtada da minha infância, já não consigo ver o Tejo. Durante muito tempo receei que um prédio mais alto me tirasse a vista — e o prédio mais alto ali está, a meio dos quintais vizinhos, a tirar-me a vista. Quando há poucos anos o vi construir, na rua perto, pensei: «oxalá não façam nunca uma Garagem aqui...» Passei pela rua outro dia: lá estão a fazer a Garagem.

Graças a Deus, é certo, a Travessa de Santa Teresa está intacta, hoje como há trinta anos, alheia ao tempo que passa e às pessoas que não voltam. Mas, a verdade, é que já não posso subir ao alto da figueira do meu quintal nem vejo o Tejo da minha água-furtada. É melhor assim: a figueira secou — e o rio, ao longe, não poderia já ser o caminho maravilhoso da aventura.

Luis Fozjar Figueiros.





HOMENAGEM AO COMANDANTE FERREIRA DO AMARAL

O Comando da Polícia de Segurança Pública de Lisboa promoveu, no dia 11 de Março, uma significativa homenagem ao coronel João Maria Ferreira do Amaral, grande figura de militar e de patriota que, depois de heróicos feitos na Grande Guerra, tanto em África como na Flandres, foi comandante da Polícia de Segurança Pública num período de grande agitação, prestando então os mais altos serviços à ordem pública.

Celebrada missa na Igreja do Santo Condestável, a bandeira esteve a meia haste em todas as esquadras desde as 8 às 15 horas subindo depois ao topo.

As 15 horas foi descerrado no pátio do Comando da Polícia (Edifício do Governo Civil) que passou a chamar-se «Parada do Comandante Ferreira do Amaral» o seu busto, acto a que presidiu o sr. Ministro do Interior.

Ali proferiram discursos os senhores Coronel Monteiro Libório, Comandante da P. S. P. de Lisboa, o Capitão Agostinho Lourenço, director da P. I. D. E., o qual entregou à P. S. P. a bengala e um retrato do homenageado, e o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, tenente-coronel Alvaro Salvação Barreto que disse:

A corporação ilustre que Ferreira do Amaral comandou proficientemente durante largo período e onde, de todos os pontos do país, foi visto e apreciado na sua figura moral e na sua acção transcendente e exemplar, quis recordá-lo ainda uma vez, e carinhosamente, como o merecem os chefes cujo coração não foi, necessariamente, desatendido nos actos de Serviço.

O magnífico busto, da autoria do escultor Maximiano Alves, agora centrando esta parada que lhe tomará o nome, ficará a acordar no espírito dos que por aqui passarem, o sentido do cumprimento do dever, a coragem, a serenidade, a bravura e o sacrifício — que são virtudes da força pública. Mas também falará aos que o conheceram, da inteligência esclarecida, da argúcia, da nobreza, da dignidade pessoal, do patriotismo, da sempre elevada atitude moral deste português, ilustre entre os maiores, que soube em todos os actos da sua vida profissional constituir-se exemplo — porque raro — de raras virtudes.

Exemplo que não tardará a sair dos limites do ambiente restrito da sua corporação, nobilíssima embora e credora em todos os tempos, de reconhecimento nacional, para o ambiente mais amplo e glorioso que a história reserva aos heróis.

Ferreira do Amaral — já foi dito, — é hoje, sem dúvida, um herói nacional. A tanto ascendeu por seus actos e virtudes. Mas o país que serviu com o lendário desassombro dos que votam o seu destino às grandes missões deve-lhe a consagração. Este homem de raras qualidades civis e militares já entrou no domínio da História. Resta que a ajudemos na sua missão de justiça.

A cidade de Lisboa viu-o cair ao seu serviço, na defesa da segurança e sossego públicos. Aqui concedeu ele o seu sangue generoso em holocausto à missão transcendente de que o revestiu o destino, e por isso a cidade o tem na galeria ilustre dos seus mais devotados servidores.

Mas a Nação para sempre se constituiu devedora para com o seu sacrifício, designadamente, a partir desse momento em que, contra tudo e contra todos, com a simplicidade dos que se votaram a uma alta missão, iniciou a reacção salutar contra a desordem.

Até que ponto o seu exemplo, neste como em outros passos da sua vida profissional, contribuiu para que este país voltasse a retomar a consciência dos seus destinos e sua marcha na História, esta o dirá.

Entretanto, cumparamos o nosso dever como ele cumpriu o seu. Para tal a Câmara Municipal de Lisboa se associou a esta homenagem simples e veio em acto votivo de gratidão, que é a nossa dívida, aquela que todos nós, os portugueses, contraímos para com ele.

A cidade não o esquecerá jamais.



ACONTECIMENTOS C I T A D I N O S



O SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA RETRIBUI CUMPRIMENTOS
DO DIA DE ANO NOVO, NOS PAÇOS DO CONCELHO



NEVE EM LISBOA
(PARQUE EDUARDO VII)
EM 2/2/954



NEVE NO PARQUE
FLORESTAL DE
MONSANTO EM 2/2/054

NO DESCERRAMENTO
DA LÁPIDA AO
PADRE MANUEL DA
NOBREGA EM 25/1/954



ACTO DE POSSE
DO VEREADOR
SR. MANUEL LEITÃO
BRANCO, EM 16/2/954





INAUGURAÇÃO
DA EXPOSIÇÃO
OLISIPONENSE
DA COLEÇÃO VIEIRA
DA SILVA, NO PALÁCIO
GALVEIAS, EM 20/2/954



A S P E C T O
D A E X P O S I Ç Ã O
V I E I R A D A S I L V A



ANTO.
LOGIA
DE
LIS.
BOA

O trecho que vai ler-se é a tradução dum excerto duma carta da Rainha D. Estefânia a sua Mãe, a Princesa de Hohenzollern-Sigmaringen, D. Josefina Frederica Luísa, filha do grão-duque de Baden, Carlos Luís Frederico. Datado de Junho de 1858, este escrito da infeliz Soberana, que passado um ano viria a falecer tão prematuramente, revela-nos algumas impressões sobre Lisboa, e permite-nos reconstituir certos aspectos pitorescos da capital nos meados do século passado. A opinião de D. Estefânia condiz, aliás, com a de numerosos viajantes estrangeiros que por cá passaram e que afirmaram ser a cidade muito mais digna de ver-se de longe, em especial do estuário do Tejo. A expressão da Rainha, quando nos diz que Lisboa «é mais bela na imaginação que na realidade», corresponde de certo modo a esse estado de espírito. Em qualquer caso, porém, o depoimento de D. Estefânia é o de alguém com uma sensibilidade que vibrava aos encantos da natureza que a cercava e que era tão diversa da que lhe fora familiar no «magestoso e feérico» castelo dos Hohenzollern.

50 Duas vezes, o Pedro e eu, inteiramente sós, ele à paisana, para ser menos conhecido, fomos passear para os lados do aqueduto, no vale de Alcântara, e aí entrámos numa quinta pequena, com uma casa acinzentada, velha, de muros cobertos de trepadeiras, à beira de um rio que se atravessa por uma ponte antiga, de pedra. O pátio e a parte do jardim estão cobertos por *pergolas* (não sei como se escreve) de vinhas, enfim, é o mais pitoresco possível. Na quinta há uma gruta com uma nascente de água, tão límpida, que de momento julga-se ela não existir. Foi aí que nos sentámos um bocadinho, diante de uma imagem pequena de Cristo, que está sobre a nascente. Era muito lindo, poético e aprazível. Naturalmente pensei em vós, meus queridos pais, porque sempre penso em vós, em todas as ocasiões, quando uma coisa me agrada ou desagradava, enfim sempre e sempre. Aliás os passeios aqui não são agradáveis, porque há quase sempre um vento norte detestável, muita poeira, maus caminhos e nenhuma vegetação, excepto nalguns cantinhos privilegiados como este que vos acabo de descrever. As estradas são orladas de aloés, o que é muito bonito em desenho, mas na realidade eles são brancos de poeira, brotam duma terra seca e árida que não é boa para produzir qualquer outra coisa. Lisboa é bela pela sua posição, mas na verdade o seu aspecto tem qualquer coisa de melancólico, devido à ausência quase total de vegetação. Quase que posso dizer que é mais bela na imaginação que na realidade. O que é verdadeiramente belo é o Tejo aos pés de Lisboa, é como um grande lago onde se eleva, no horizonte, a serra da Arrábida, montes de contornos dos mais pitorescos. E toda a planície na outra margem do Tejo até ao sopé das montanhas é uma planície de pinheiros. Ontem demos um passeio no rio, num barco pequeno à vela que é do meu cunhado Luís; mas como, excepcionalmente, não havia vento não podemos ir longe, o que foi uma pena, pois estava uma tarde admirável. Hoje fomos visitar uma casa de caridade onde também há irmãs de caridade francesas. Depois passeámos no jardim, onde, como de costume, Pedro me fez um lindo ramo de flores. Estes são momentos felizes, passados assim deste modo, juntos, nesta bela natureza, sob este lindo céu; mas, é então que o pensamento me leva para junto de vós, e, por vezes, sinto uma dor, não lhe posso dar outro nome, ao pensar na distância que nos separa.

(Das *Cartas inéditas da Rainha D. Estefânia*, prefaciadas e comentadas por Júlio de Vilhena, Coimbra, 1922, ed. da Academia das Ciências de Lisboa, pág. 114-115).

ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



Acontecimento de alto relevo para a vida do Município e especialmente dos seus funcionários, mal ficaria à «Revista Municipal» deixar passar o facto sem qualquer referência. Da ligeira apreciação, que publicamos em seguida, ressaltam as suas vantagens.

«DIÁRIO DO GOVERNO» N.º 290 — II SÉRIE, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1953

MINISTÉRIO DO INTERIOR

DIRECÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E CIVIL

3.ª REPARTIÇÃO

Atendendo ao que representou a Câmara Municipal de Lisboa: manda o Governo da República Portuguesa pelo Ministério do Interior, aprovar nos termos do n.º 8.º do artigo 100.º, do Código Administrativo, a Organização de Serviços daquele Município, constante da deliberação tomada em 21 de Dezembro de 1950, com as alterações sugeridas pela Direcção-Geral da Administração Política e Civil.

Ministério do Interior, 5 de Dezembro de 1953.

O Ministro do Interior, *Joaquim Trigo de Negreiros*.

O Relatório de Gerência da Câmara Municipal do ano de 1953 inseriu os seguintes elementos esclarecedores:

Com o objectivo de se criarem possibilidades para o recrutamento das várias classes de serventuários e de se procurar a sua manutenção, a Organização de Serviços elevou os salários dos operários especializados, bem como os das classes mais baixas, reduziu para duas as três classes existentes em vários grupos, fundiu numa única as duas existentes noutras e aumentou as classes de 1.ª, 2.ª e 3.ª-oficiais, proporcionando, assim, maiores possibilidades de promoção, como pode ver-se pelo quadro que segue:

Designação	Pessoal existente	Pessoal de carteira	
		Quadro aprovado	Vagas a promover por concurso
1.ª-oficiais	23	35	12
2.ª-oficiais	47	71	24
3.ª-oficiais	72	105	33
Aspirantes	146	221	75

A Organização de Serviços criou também possibilidades de promoção para:

10 funcionários de outras categorias do Quadro do pessoal Maior de Secretaria e Tesouraria;
13 do Quadro do pessoal Maior dos Serviços Especiais, e
136 do pessoal especializado e menor, o que dará o total de 159 promoções.

Também houve que ter em conta as consequências do desenvolvimento vertiginoso da cidade, verificado nos últimos anos e, portanto, a necessidade de elevar a dotação dos quadros. Desde há muito que o pessoal era insuficiente para as necessidades normais.

A Organização de Serviços procurou remediar os males que se verificavam, fixando os quadros pela seguinte forma:

Designação	Existente	Aprovado	Diferença
Maior de Secretaria e Tesouraria ...	462	480	+ 18
Maior dos Serviços Especiais	215	245	+ 30
Especializado e Menor:			
Civil	2.399	2.626	+ 227
A transportar ...	2.399	677	2.626
		725	275

Designação	Existente		Aprovado		Diferença
Transporte	2.399	677	2.626	725	275
Militarizado:					
Polícia Municipal	162		219		+ 57
Batalhão de Sapadores Bom- beiros	564	3.125	670	3.515	+ 106
Operário:					
Oficinas Gráficas	28		35		+ 7
Matança	340		300		- 40
Frigorífico	—		17		+ 17
Oficinas	124		170		+ 46
Construção Civil	55		86		+ 31
Pavimentos	107		120		+ 13
Trabalhadores	372	1.026	445	1.173	+ 73
Somas		4.828		5.413	+ 665
					- 40
					+ 625

Os vencimentos e salários deste pessoal, importam, anualmente, em 70.554.022\$60, com a seguinte distribuição:

Presidência	37.620\$00
Centrais e Culturais	3.796.848\$00
de Finanças	3.367.662\$50
de Urbanização e Obras	10.276.560\$00
Técnico-Especiais:	
Direcções de Serviços	
Civil	12.021.243\$20
B. S. Bombeiros ...	8.215.100\$00
Salubridade e Edificações Urbanas	19.381.532\$40
de Abastecimento	10.587.736\$50
Polícia Municipal	2.493.180\$00
Tribunal de Reclamações e Transgressões	426.540\$00
Total	70.554.022\$60

Mais e além do que vai referido, a Organização concedeu, pelo ajustamento de vencimentos e salários, melhorias de remuneração, muitas das quais em quantitativos apreciáveis, aos 2.335 funcionários e serventuários seguintes:

Designação	Quantidades	
Quadro do pessoal Maior dos Serviços Especiais:		
Fiscais de Obras		8
Quadro do pessoal especializado:		
Encarregado geral de matança	1	
Mestres	5	
Contramestres	10	
Mestres de oficinas	7	
Contramestres	4	
Encarregados	10	
Mestres de jardins	5	
Jardineiros	15	
Contramestres de oficina e garagem	2	
Encarregados de obras (Cemitérios)	6	
Fiéis	8	
Fiscais chefes de mercados	12	85
Quadro do pessoal menor:		
Ajudantes de motorista	26	
Telefonistas	3	
Coveiros	36	
Cantoneiros de jardins	25	
Cantoneiros	60	
Capatazes de limpeza	48	
Cantoneiros de limpeza	700	
Vigilantes de bibliotecas	8	
Vigilantes de parques	4	
Serventes de mercados	84	
Guardas	289	1.233
Quadro do pessoal operário:		
Officinas Gráficas	28	
Matança	275	
Officinas	101	
Construção Civil	59	
Pavimentos	101	
Trabalhadores	445	1.009
Somas		2.335





A VOZ DA CIDADE

PROGRAMA DE JANEIRO

DIA 1

- *Edital* — Saudação aos ouvintes de «A Voz da Cidade».
- *Lisboa vai receber os seus presentes de Ano Novo* — Sobre o embelezamento da cidade.
- *A última reunião da Câmara Municipal* — Relato da reunião.
- *Lisboa vai ter um novo palácio para os seus livros* — Acerca da construção de um novo edifício para a Biblioteca Nacional.
- *Quadros de Lisboa* — Adro do Loreto.

DIA 8

- *Edital* — O ano que começa.
- *Um problema que interessa a todos* — Construção da Central Pasteurizadora de Lisboa.
- *Devagar... que temos pressa* — Acerca da instalação de receptáculos domiciliários para correspondência.
- *Revista Municipal* — Notícia sobre a publicação do n.º 57.

DIA 15

- *Edital* — Sobre a colaboração dos artistas plásticos nas construções de Lisboa.
- *A Cidade e a sua Luz...* — Descrição poética.
- *A bem da Cidade* — Alterações verificadas na Organização dos Serviços.
- *Uma figura de Lisboa* — Referências a um funcionário da «Carris» que percorreu Lisboa no desempenho das suas funções durante 54 anos.
- *Ao serviço da Cidade* — Sobre a homenagem prestada ao Sr. Dr. Virgílio Saque no dia em que atingiu o limite de idade.
- *Chafariz de El-Rei* — Descrição histórica.

DIA 22

- *Edital* — Opinião do brasileiro Gilberto Freire acerca de Lisboa.
- *Interesses municipais* — Algumas palavras sobre a reunião dos presidentes das Cãmara Municipais do distrito.
- *Noticias de Lisboa* — Sobre algumas das obras de Lisboa.
- *A grande feira de Portugal* — Sobre a feira a realizar na quadra dos Santos Populares.
- *S. Vicente, padroeiro de Lisboa* — Comemorações do dia de S. Vicente.

DIA 29

- *Edital* — Sobre o primeiro centenário da morte de Garrett.
- *A nova Avenida Manuel da Nóbrega* — Descrição e discursos do acto de descerramento da lápida na avenida que tem o nome do fundador de S. Paulo.
- *Um dito popular condenado a desaparecer* — Sobre as obras que se vão proceder na Igreja de Santa Engrácia.
- *Nos lugares do costume...* — Diversas notícias sobre legislação municipal
- *Crónica lisboeta* — Descrição histórica da Rua do Benfornoso.

PROGRAMA DE FEVEREIRO

DIA 5

- *Edital* — Os gatos da Cidade.
- *Você, é bom lisboeta...* — Questionário sobre Lisboa.
- *Um novo templo em Lisboa* — Acerca da igreja de S. João de Brito.
- *Poemas de pedra* — Sobre as esculturas de pedra espalhadas pelos diversos monumentos de Lisboa.

DIA 12

- *Edital* — Acerca do já esquecido hábito de prestar homenagens a Santo Amaro.
- *Lisboa, escala do êxito* — Referente à travessia do Atlântico Norte efectuada por um americano num avião monomotor.
- *Noticias de Lisboa* — Sobre alguns melhoramentos a efectuar na Cidade.
- *Relíquias da velha Cidade* — Palavras a respeito de Lisboa pitoresca.

DIA 19

- *Edital* — Sobre a Exposição Vieira da Silva.
- *Tocam novos sinos na Cidade...* — Descrição da igreja de S. João de Brito.
- *O novo Matadouro de Lisboa* — A necessidade de Lisboa possuir um Matadouro capaz de a satisfazer convenientemente.
- *Revista Municipal* — *Reflexos da Cidade* — Alusão sumária à *Revista Municipal* n.º 58.
- *A atalaia do Bairro Alto* — Aspectos típicos do Bairro Alto.

DIA 26

- *Edital* — Sobre a Exposição da colecção Vieira da Silva.
- *Os jardins da Cidade* — Extrato da reunião pública.
- *Cinema para crianças* — Acerca da acção cultural desenvolvida pela Câmara nas sessões cinematográficas.
- *Notícias de Lisboa* — Referência às obras a realizar para engrandecimento da Cidade.
- *Uma praça deslumbrante* — Descrição do Terreiro do Paço.

PROGRAMA DE MARÇO

Dia 5

- *Edital* — Palavras elogiosas ao Sr. Presidente pela passagem do 10.º aniversário da sua posse.
- *Iniciativas culturais do Município* — Sobre a referência feita na Assembleia Nacional à actividade cultural da Câmara.
- *Azulejos de Lisboa* — Acerca do desuso em que caíram os azulejos desenhados.
- *A Exposição Vieira da Silva* — Referente ao notável êxito atingido pela exposição do Palácio Galveias.
- *O beiral de um telhado, uma gaiola de pintassilgos...* — Descrição poética de Alfama.

DIA 12

- *Edital* — Relativo ao futuro alargamento da Praça do Brasil.
- *Dez anos ao serviço da Cidade* — Sobre a actividade desenvolvida pelo Sr. Tenente-Coronel Salvação Barreto durante os 10 anos de Presidente da Câmara e as homenagens prestadas nesse dia.
- *Notícias de Lisboa* — Diversas notícias enviadas pela Secção de Propaganda e Turismo.
- *Coisas que, talvez, não saiba...* — Referente a diversos aspectos da Lisboa de outros tempos.

DIA 19

- *Edital* — Relativo às construções do Areeiro.
- *A sessão Municipal* — Resumo da reunião pública.
- *Os mal educados de Lisboa...* — Sobre a liberdade de conversação que se verifica nas ruas da Cidade.
- *O pitoresco sagrado desta Cidade...* — Referente ao Museu Militar.

— *Edital* — Sobre as homenagens prestadas pelo governo americano ao português João Francisco.

— *Lisboa, Cidade moderna* — Acerca da remodelação da Cidade nos últimos anos.

— *As traseiras dos prédios de Lisboa* — Os saguões e a falta de higiene observada nalguns prédios antigos de Lisboa.

— *Alcântara bairrista* — Evocação pitoresca deste bairro.





PROVIDÊNCIAS MUNICIPAIS

POSTURAS E
REGULAMENTOS,
EDITAIS,
DELIBERAÇÕES
E DESPACHOS

1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1954



POSTURAS, REGULAMENTOS E EDITAIS

1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1954

POSTURAS E REGULAMENTOS APROVADOS NAS REUNIOES CAMARARIAS

De 18/2 — Altera a redacção do artigo 26.º e das alíneas dos artigos 3.º, 4.º, 9.º e 29.º do Regulamento de Concursos em vigor.

EDITAIS

De 15/1 — Faz público que, nos termos do artigo 16.º do Regulamento dos Cemitérios, os concessionários dos jazigos compreendidos nas 3.ªs zonas de limpeza dos 1.º Cemitério (Alto S. João) e 2.º Cemitério (Prazeres) e de todas as do 5.º Cemitério (Olivais) devem efectuar, no corrente ano, as obras de limpeza e beneficiação dos seus jazigos.

De 25/1 — Faz público que a Avenida «A», da zona compreendida entre a Alameda D. Afonso Henriques e a linha férrea de cintura, passa a denominar-se Avenida Padre Manuel da Nóbrega.

De 20/2 — Faz público que no dia 1/3/1954 abre o cofre para pagamento da licença de vendedores ambulantes de géneros não alimentares e vendedores ambulantes com carro automóvel, uns e outros não abrangidos pela tributação do Decreto-Lei n.º 84.520, de 23/4/1945.

De 23/2 — Faz público que a 2.ª Transversal do Parque Eduardo VII, que liga a Avenida António Augusto de Aguiar à Avenida Sidónio Pais, se denomina Rua Engenheiro Canto Rezende.

De 20/3 — Faz público que a abertura do cofre para pagamento das licenças de estabelecimento comercial ou industrial, referentes ao ano de 1954, se inicia em 1 de Abril.

De 22/3 — Faz público que a reunião ordinária da Câmara que devia ter lugar no dia 22 de Abril, se realizará no dia 14 do mesmo mês, às 10 horas.

De 23/3 — Faz público que foram dadas denominações às vias-públicas do Vale-Escuro; que a Praça Mousinho de Albuquerque foi integrada no Campo Grande; que o Largo General Pereira d'Eça volta a denominar-se Paço da Rainha; e que a Avenida Coronel Galhardo passa a denominar-se Rua da Buraca.

DELIBERAÇÕES E DESPACHOS DE EXECUÇÃO PERMANENTE

1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1954

DELIBERAÇÕES DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

De 21/1 — Substituindo os n.ºs 5.º a 10.º da «Organização de quadros do pessoal do Frigorífico de Lisboa», aprovado por deliberação de 21/5/1953.

* Aprovando que, nos termos do artigo 1.º e para os efeitos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 36.779, de 6/3/1948, se requiera o desdobraamento do capital de determinadas sociedades anónimas, com actividade comercial ou industrial em Lisboa e com sede noutros concelhos.

De 18/3 — Antecipado para 14 de Abril a reunião ordinária da Câmara que devia realizar-se no dia 22 do mesmo mês.

* Aprovando o projecto de «Conservação e Reconstrução de Pavimentos e Esgotos da Cidade de Lisboa».

* Aprovando que se adoptem, como Regulamento Provisório da Construção Urbana da Cidade de Lisboa, as disposições do Decreto-Lei n.º 38.382, com a alteração do Decreto-Lei n.º 38.888, observando-se, na parte por ele não contrariada, as disposições do Regulamento Geral da Construção Urbana de 1930 e suas posteriores alterações, e as multas aplicáveis pela transgressão das referidas disposições.

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Diário Municipal n.º 5.621, de 18/1 — Organiza o «Gabinete de Estudos de Urbanização».

D. M. n.º 5.624, de 21/1 — Altera a constituição da comissão nomeada por despacho de 4/2/948 para assegurar, sob a orientação do Senhor Vice-Presidente, a melhor utilização do Pavilhão dos Desportos.

D. M. n.º 5.629, de 27/1 — Determina que os Serviços de Protocolo da Câmara Municipal — incluindo a preparação das cerimónias — fique a cargo do chefe da Secção de Expediente e Contabilidade da D. S. C. C.

D. M. n.º 5.636, de 4/2 — Aprova as condições especiais de alienação de um lote de terreno municipal na Praça das Águas Livres, destinado à construção de prédio de tipo médio; de três lotes situados na célula 7, do Sítio de Alvalade, destinados a estabelecimentos comerciais e habitação; de seis lotes situados nas Ruas 2 e Frei Fortunato de São Boaventura, na Picheleira, destinados a prédios de rendimento; e de dois lotes situados na Encosta da Ajuda, destinados à construção de moradias.

D. M. n.º 5.646, de 16/2 — Fixa para o ano de 1954 a constituição da «Comissão Administrativa dos Bairros de Casas Desmontáveis».

D. M. n.º 5.676, de 26/3 — Altera a ordem de serviço n.º 70, publicada no *Diário Municipal* n.º 108, de 5/1/935, pelo que passa a ser exigido o reconhecimento da assinatura dos requerentes apenas nos pedidos de: desistência de pedido de alvará a que se refere a Portaria n.º 6.065; de emissão do alvará em nome de entidade diversa do signatário do pedido inicial; e de baixa de alvará.

* Para execução das normas relativas à realização de obras em prédios municipais ou em prédios arrendados para a instalação de serviços públicos, determina que a D. S. U. O. e a D. S. T.-E. enviem à 2.ª Repartição da D. S. F. um impresso, de modelo a fornecer por esta 2.ª Repartição, devidamente preenchido, logo que estejam concluídas quaisquer obras nos referidos prédios, a fim de se conhecer em qualquer ocasião o seu custo e as respectivas datas de execução.





LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

**LEIS, DECRETOS
E PORTARIAS.
DESPACHOS,
CIRCULARES
E OFÍCIOS.
ACÓRDÃOS.**

1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1954



I

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS DE INTERESSE MUNICIPAL.

1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1954

De 19/1 — Decreto n.º 39.513 — Designa os dias que as Câmaras Municipais da Feira, Funchal e Mourão ficam autorizadas a considerar como feriado municipal. (D. G., I Série, n.º 11).

Do Ministério do Interior — Portaria de 2/2 — Aprova a deliberação da Câmara Municipal de Lisboa sobre o provimento dos lugares do quadro do pessoal do Frigorífico. (D. G., II Série, n.º 34, de 10/2).

De 8/2 — Portaria n.º 14/746 — Mantém a autorização concedida aos corpos administrativos para continuar, no ano de 1954, a abonar aos seus funcionários e assalariados, bem como aos seus servidores na situação de aposentados, o suplemento a que se refere o Decreto-Lei n.º 37.115 e o n.º 1.º da Portaria n.º 13.803 — Mantém em vigor o disposto nos n.ºs 2.ºs das Posturas n.ºs 12.630 e 13.803. (D. G., I Série, n.º 28).

De 10/2 — Portaria n.º 14.751 — Autoriza a transferência para a Comissão Venatória Regional do Sul das quantias depositadas nos termos do Decreto n.º 30.335 e de todas as que se destinam ao fundo especial das comissões venatórias de determinados concelhos.

* Portaria n.º 14.752 — Designa a letra S para servir no período que decorre de 1 de Maio do corrente ano a 30 de Abril de 1955 no afilamento de todas os pesos, medidas e mais instrumentos de pesar e medir executados em todos os concelhos do País à excepção de Lisboa, onde a mesma letra principiará a ser empregada em 1 de Março. (D. G., I Série, n.º 30).

De 26/2 — Decreto-Lei n.º 39.549 — Dá nova redacção ao artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 39.442, que modifica a constituição da Câmara Corporativa.

* Decreto-Lei n.º 39.550 — Aprova o Regulamento da Polícia de Segurança Pública. (D. G., I Série, n.º 42).

Do Ministro do Interior — Portaria de 27/2 — Aprova a deliberação da Câmara Municipal de Lisboa de 18/2/54, relativa a correções a introduzir no Regulamento de Concursos de harmonia com a organização dos serviços em vigor. (D. G., II Série, n.º 54, de 5/3).

Do Ministro das Obras Públicas — Portaria de 8/3 — Concede à Câmara Municipal de Lisboa uma comparticipação pelo Fundo do Desemprego para a reconstrução das Ruas de Moraes Soares, António Pereira Carrilho e outras. (D. G., II Série, n.º 72, de 26/3).

De 16/3 — Decreto-Lei n.º 39.558 — Adita vários parágrafos ao artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 38.523, de 23/11/51, que regula a situação dos servidores civis do Estado subscritores da Caixa Geral de Aposentações que forem vítimas de acidentes em serviço. (D. G., I Série, n.º 49).

De 12/3 — Portaria n.º 14.782 — Autoriza a transferência para a Comissão Venatória Regional do Centro das quantias depositadas nos termos do Decreto n.º 30.335 e todas as que se destinam ao fundo especial das comissões venatórias de determinados concelhos. (D. G., I Série, n.º 51).

De 25/3 — Decreto-Lei n.º 39.575 — Cria na Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo a Direcção-Geral dos Serviços Industriais Eléctricos e de Viação — Determina que a Direcção de Obras Públicas e dos Serviços Industriais, Eléctricos e de Viação da referida Junta Geral passe a designar-se Direcção de Obras Públicas e cria no laboratório distrital de Angra do Heroísmo um lugar de analista. (D. G., I Série, n.º 62).

De 27/3 — Decreto-Lei n.º 39.578 — Introduce alterações no Decreto n.º 16.731 (regime tributário) e no Decreto-Lei n.º 27.158 (capital pelo qual devem ser tributadas as sociedades anónimas e comanditas por acções) — Revoga os artigos 2.º e 16.º, respectivamente, do Decreto n.º 21.950 e do Decreto-Lei n.º 24.916. (D. G., I Série, n.º 64).

II

DESPACHOS, CIRCULARES E OFÍCIOS EMANADOS DO GOVERNO

1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1954

1) — DESPACHOS

Do Ministério da Economia, de 18/1 — Mantem a taxa a cobrar pela vacinação anti-rábica dos cães não apresentados à vacinação dentro dos prazos oportunamente marcados para o efeito. (D. G., II Série, n.º 19, de 23/1 e D. M., n.º 5.638, de 6/2).

9) — CIRCULARES

4) DA DIRECÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLITICA E CIVIL

De 2/12 — N.º Z-1/59, Livro 11-A, 2.ª Repartição — Para conhecimento das Câmaras Municipais, transcreve-se, seguidamente, o texto da circular da Direcção-Geral da Fazenda Pública, n.º 810, de 17 de Dezembro findo:

«A autorização do Ministério das Finanças para realização de despesas que originam encargos em moeda estrangeira, exigida pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 14.611, de 23 de Novembro de 1927, mantém um interesse especial e a orientação económico-financeira a que obedece obriga a coordenar e fiscalizar com a maior atenção todos os gastos em divisas, por motivos que dada a posição de Portugal na União Europeia de Pagamentos se destacam acentuadamente.

Mas as autorizações sem fixação de prazo de validade não permitem dar aos respectivos despachos a verdadeira força de apreciação da oportunidade das despesas em divisas, pois facultam aos vários departamentos utilizá-las quando entenderem ou seja no ano económico em que foram dadas ou nos seguintes.

Em atenção a este desvio de alcance do sistema de autorização prévia destas despesas a Fazenda Pública recomenda aos Serviços responsáveis a renovação das autorizações findo o ano económico.

É preferível porém generalizar o sistema, não deixando de atender aos casos especiais que ficam a constituir excepção.

Deste modo e no intuito de alcançar a necessária disciplina e coordenação destas despesas, estabelece-se o seguinte:

1.º — A validade das autorizações caduca no fim do ano económico em que são concedidas;

2.º — Ficam exceptuadas do preceito anterior as operações:

a) Dependentes de contratos que dêem lugar a encargos em mais de um ano ou cujos encargos devam ser satisfeitos em ano diverso daquele em que são celebrados os contratos, desde que o pedido de autorização indique tais circunstâncias;

b) Referentes a contratos a que seja aplicado o disposto no § único do artigo 9.º do Decreto com força de Lei n.º 18.381, de 24 de Maio de 1930s.

De 21/1 — N.º Z-1/7, Livro 7, 1.ª Repartição — Informa os corpos administrativos de que, nos processos de admissão a concursos destinados ao preenchimento de lugares vagos e nos de nomeação, independentemente de concursos, deve exigir-se, sempre, aos interessados que aleguem equivalência de habilitações literárias, a apresentação prévia do documento comprovativo dessa equivalência, passada pelo Ministério da Educação Nacional, nos termos do artigo 5.º do Decreto n.º 29.992, de 21 de Outubro de 1939, mesmo nos casos em que se verifique a publicação, no *Diário do Governo* de despachos genéricos relativos à matéria. (D. M. n.º 5.635, de 3/2.

De 10/2 — N.º Z-1/12, Livro 13-A, 2.ª Repartição — A solicitação da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, esclarece as câmaras municipais de que não devem consentir-se, nas feiras e mercados, a permanência de vendedores cujos conhecimentos indiquem uma actividade ou modalidade diversa daquela que estão praticando, ou desde que dos mesmos não conste o local onde se realiza o mercado ou feira, a não ser nos casos em que juntamente com o conhecimento se apresente o duplicado, devidamente autenticado, da declaração entregue na secção de finanças da residência, relativamente aos factos que, por se terem verificado posteriormente ao mês de Junho que precede o lançamento, ainda não constam do conhecimento.

De 22/2 — N.º R-4/1, Livro 11-A, 2.ª Repartição — No processo da 5.ª visita de inspecção à Câmara Municipal de..., a Inspecção-Geral de Finanças emitiu o parecer de que os recibos dos fornecimentos feitos pelos serviços municipalizados às câmaras municipais deviam ser classificados como *documentos internos*, e, conseqüentemente, isentos do imposto do selo do artigo 141.º da tabela, tendo em vista a doutrina do despacho transcrito na circular desta Direcção-Geral, n.º R-6/1, Livro 3-A, de 3 de Fevereiro de 1949, inserta no «Anuário» 42.º, a pág. 363 s. segs.

Este parecer mereceu a concordância de Sua Ex.ª o Ministro das Finanças, por despacho de 30 de Janeiro findo.

De 29/3 — N.º G-1/4, Livro 11-A, 2.ª Repartição — Publicado o Decreto-Lei n.º 38.523, de 23 de Novembro de 1951, surgiram dúvidas quanto à possibilidade legal de os corpos administrativos transferirem para companhias seguradoras a responsabilidade quanto aos accidentes sofridos pelos seus serventuários, quer estes estivessem inscritos, quer não, na Caixa Geral de Aposentações.

Estudado o assunto nesta Direcção-Geral e na Direcção-Geral da Contabilidade Pública, expediu-se a circular n.º R-1/21, Livro 9-A, de 22 de Outubro de 1952, inserta no «Anuário» 45.º, a pág. 239.

Posteriormente, novas dúvidas foram postas à consideração desta Direcção-Geral, que, por sua vez, e depois de sobre elas emitir parecer, as submeteu à apreciação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Em face do que consta do processo é de concluir pela possibilidade de as câmaras municipais transferirem para companhias seguradoras a responsabilidade por accidentes em serviço de que sejam vítimas os seus servidores, embora se trate de subscritores da Caixa Geral de Aposentações, devendo, porém, atender-se, na celebração do contrato de seguro, à circunstância de tais servidores terem direito à aposentação extraordinária, nos termos da lei.

No que se refere especialmente aos bombeiros municipais, considera-se em vigor o Decreto-Lei n.º 35.746, de 12 de Julho de 1946, dado que não há opposição entre os seus preceitos e o disposto no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 36.610, de 24 de Novembro de 1947, motivo por que poderão sempre as câmaras efectuar o seguro.

Este entendimento harmoniza-se com as conclusões a que conduziu o estudo do problema efectuado nesta Direcção-Geral.

Efectivamente, nele se salientou que os corpos administrativos, podendo não aplicar aos seus servidores o regime do Decreto-Lei n.º 38.523, conforme resulta do seu artigo 35.º, deixariam, em tal caso, esses mesmos servidores sem qualquer protecção; mas tendo recursos que lhes permitissem a aplicação dos preceitos do citado diploma, não podiam efectuar o seguro do pessoal em companhias seguradoras, na parte relativa à responsabilidade que aos mesmos corpos administrativos coubessem. Quer dizer, ou deixavam sem protecção os seus servidores, ou tinham necessária e inteiramente de tomar sobre si a responsabilidade pelos encargos resultantes dos accidentes, alternativa chocante, se tivermos em consideração que muitas câmaras municipais, com minguados recursos, podem pagar um prémio de seguro mas, em caso de acidente, os encargos que tivessem de suportar por força das suas receitas abalariam o respectivo equilíbrio orçamental.

Aliás, desde que a aplicação do Decreto-Lei n.º 38.523 aos servidores dos corpos administrativos subscritores da Caixa Geral de Aposentações se tornou dependente da medida das respectivas possibilidades, e estas terão de ser, em cada momento, apreciadas pelo corpo administrativo, mantêm-se aqueles servidores sem a certeza de virem a beneficiar do regime aplicável ao pessoal dos serviços do Estado. E como não pode admitir-se que, com base no citado diploma, se restrinjam regalias anteriores, a que a nova lei não pôs termo, seria absurdo aceitar que não pudesse agora efectuar-se o seguro de pessoal assalariado, subscritor da Caixa Geral de Aposentações, que anteriormente beneficiava do regime da Lei n.º 1.942, de 27 de Julho de 1936, sem que, entretanto, lhes tenha ficado garantida, em todas as circunstâncias, a aplicação do regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 38.523.

Além disso, sabido que nem todos os encargos resultantes de acidente em serviço são suportados pela Caixa Geral de Aposentações, como sejam as despesas referidas nos artigos 8.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 38.523, na hipótese de os corpos administrativos deliberarem aplicar aos seus servidores o regime deste diploma, dificilmente se admitiria que aqueles não pudessem prevenir, por meio de seguro, a satisfação dos encargos que deverão assumir quando os seus recursos o permitam.

Nestas condições, entende-se legalmente admissível que os corpos administrativos efectuem em companhias seguradoras o seguro do seu pessoal, compreendendo todos os riscos não cobertos pela Caixa Geral de Aposentações, independentemente de se tratar, ou não, de serventuários nela inscritos.

Relativamente ao pessoal dos serviços de incêndios pertencentes aos quadros aprovados, admite-se que a obrigação prescrita no citado Decreto-Lei n.º 35.746 constitua, agora, mera faculdade. Simplesmente, quando as câmaras não hajam efectuado o seu seguro, prevenindo a responsabilidade municipal em caso de acidente em serviço, não poderá deixar de lhes aplicar as disposições do Decreto-Lei n.º 38.523.

Com esta doutrina se dignou concordar o Ministro do Interior, por despacho de 27 de Fevereiro findo, considerando-se, desta forma, rectificado o que consta da alínea b) da circular n.º R-1/21, a que atrás se faz referência.

III

ACÓRDÃOS DO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

PUBLICADOS DE 1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1954

De 12/6/953 — A interpretação retroactiva das leis consiste precisamente na sua aplicação a casos nascidos antes da sua entrada em vigor.

Normalmente proibida, foi permitida excepcionalmente a das leis interpretativas, que formam uma só com a lei interpretada, e isto significa que os casos regulados por esta lei não-de ser resolvidos de harmonia com a nova interpretação — a única legalmente verdadeira —, salvo se resultar ofensa de direitos adquiridos.

Se por direitos adquiridos se entendessem todos os direitos resultantes da realização de actos jurídicos anteriores da lei interpretativa, a limitação oposta à sua aplicação inutilizaria todo o campo da aplicação da lei, pois que sempre resultava ofensa desses direitos.

E, não podendo ser assim, tem de entender-se que a expressão «direitos adquiridos» do artigo 8.º do Código Civil compreende somente os direitos mais fortemente protegidos, isto é, os assegurados por decisão transitada em julgado ou resultantes de acto irrecorrível.

Como da nomeação do recorrente se interpôs recurso, o decreto-lei interpretativo pode aplicar-se sem violar aquele artigo 8.º.

Sustenta também o recorrente que o referido diploma legal não pode ser aplicado ao recorrido.

Nesse decreto-lei diz-se que podem ser nomeados os licenciados em Direito pertencentes ao quadro geral administrativo, e o recorrido não pertencia a este quadro, por se encontrar na situação de inactividade fora dele, prevista na alínea *b*) do artigo 522.º do Código Administrativo.

Mas não tem ainda razão.

Trata-se das condições de admissão a concurso de provimento e o artigo 461.º do citado código, com a redacção do Decreto-Lei n.º 36.602, de 24 de Novembro de 1947, equipara, para este efeito, a situação de efectividade às de inactividade fora do quadro, prevista na mencionada alínea *b*) do artigo 522.º. (*D. G., II Série, n.º 9, de 12/1*).

* A Câmara Municipal de Ílhavo, quando os apelantes pediram licença para obras e a aprovação do respectivo projecto, competia usar dos poderes consignados no n.º 20.º do artigo 51.º do Código Administrativo.

Mas a competência — di-lo este artigo 51.º — é função das atribuições, e por isso não pode exercer-se fora do âmbito destas.

Era seu âmbito, no caso *sub judice*, satisfazer a necessidade pública de segurança, elegância e salubridade da projectada edificação (artigo 50.º, n.º 5.º).

E, assim, a Câmara Municipal de Ílhavo, ao aprovar um projecto que reconhece aos ora apelantes o direito de construir e fruir um piso suspenso por um túnel ou ponte sobre terreno municipal, não se confinou nos limites da sua competência, visto que, se, por um lado, o proprietário só tem o direito de construir em terreno seu (artigos 2.169.º, n.º 2, e 2.324 do Código Civil), por outro, a competência conferida às câmaras pelo aludido n.º 20.º do artigo 51.º não constitui meio legítimo para os particulares adquirirem coisa imóvel.

Tão-pouco o disposto no invocado artigo 45.º, n.º 7.º, pode dar qualquer apoio à deliberação recorrida, pois, tratando-se de terreno do domínio público do concelho affecto à circulação, não tem aplicação à hipótese vertente, que apenas diz respeito à conservação, uso e fruição dos bens próprios do concelho, sendo ainda certo que de tal preceito nem sequer poderia derivar o direito de, por qualquer meio, alienar bens do domínio privado do concelho (cfr. artigo 358.º e parágrafo do Código Administrativo).

No tocante à violação do n.º 8.º do artigo 51.º, há a notar que, na espécie em questão, não pode designar-se por «passadiço» o túnel ou ponte que se lançou sobre terreno municipal, porque não ficou a ser sítio de passagem ou corredor de comunicação, mas lugar de estar — estar e habitar o piso construído sobre a mesma ponte ou túnel.

É desta faculdade de estar e permanecer na casa ampliada e suspensa sobre terreno municipal, opondo-se, por sua natureza, a que a servidão seja precária, como expressamente determina o aludido n.º 8.º do artigo 51.º, que resulta também a violação deste preceito.

E não pode deixar de se considerar servidão sobre bens municipais tudo o que envolva encargo imposto, quer no espaço aéreo correspondente ao solo, quer neste, quer ainda e por vezes no subsolo. (Sobre esta matéria pode ver-se a circular da Direcção-Geral de Administração Política e Civil de 25 de Setembro de 1901, no Código Administrativo Anotado, de Cipriano Simões Alegre, a pp. 123 e seguintes). (*D. G., II Série, n.º 15, de 19/1*).

De 3/7/953 — Alega o recorrente desvio de poder, que unicamente faz derivar da errada apreciação da prova.

Consistindo o desvio de poder no uso ilegal de poderes discricionários, é evidente que o facto apontado não pode integrá-lo, visto que nem sequer se alegou que a interpretação, que se diz errada, assim fosse feita para atingir fins diferentes dos estabelecidos na lei.

Não podendo este Supremo Tribunal conhecer da existência material das infracções, nem da gravidade da pena aplicada, por se não verificar nenhuma das condições estabelecidas no artigo 817.º do Código Administrativo, tem de aceitar como provados os factos assim considerados pela Administração e fazer a sua qualificação jurídico-disciplinar. (*D. G., II Série, n.º 62, de 15/3*).

De 27/7/953 — A questão posta ao Tribunal, como resulta do confronto do artigo 1.409.º do Código Civil com o § 2.º do artigo 815.º do Código Administrativo, consiste em saber se os serviços prestados pelo A. à Câmara R. o foram simplesmente no exercício de uma profissão liberal ou para fins de imediata utilidade pública.

Esta distinção interessa à fixação da competência do Tribunal, visto o contencioso dos contratos, em que intervém a administração, poder ser judiciário ou administrativo.

E porque ao contencioso administrativo foi entregue o conhecimento das questões sobre interpretação, validade ou execução dos contratos administrativos, incluindo os que tenham por objecto efectivar a responsabilidade contratual, segundo o disposto na alínea a) do § 1.º do artigo 815.º do Código Administrativo, este diploma enumerou taxativamente no § 2.º do mesmo artigo quais os contratos que devem ser havidos por administrativos.

Diz-se neste preceito:

Consideram-se contratos administrativos unicamente os contratos de empreitada e de concessão de obras públicas, os de concessão de serviços públicos e os de fornecimento contínuo e de prestação de serviços celebrados entre a Administração e os particulares para fins de imediata utilidade pública.

Não sofre dúvida que esta enumeração, pelo emprego do termo «unicamente», é taxativa e que da definição dada se infere desde logo que uma característica do contrato administrativo de prestação de serviços está em que, além de ser celebrado por uma pessoa colectiva de direito público, nele se associa directamente um particular à realização de fins administrativos.

Mas a função administrativa, se, por um lado, procura a realização do interesse público, por outro, desenvolve-se através de um regime jurídico, constituído, portanto, por normas de direito.

E daí surge também como elemento distintivo desse contrato o estar subordinado, na sua formação a execução, a regulamentos administrativos.

Estas simples noções, conjugadas com o texto do transcrito § 2.º do artigo 815.º do Código Administrativo, levam forçosamente a concluir que o contrato a que os autos se referem tem a natureza de um contrato civil.

É que os termos «imediata» e «interesse público» que se lêem na disposição interpretando restringem o conceito de contrato administrativo de prestação de serviços, de tal modo que o fim de interesse público há-de encontrar-se compreendido no objecto desse contrato como fazendo parte integrante dele.

E quer se trate da elaboração de projectos para obras públicas, quer de direcção técnica de abastecimento de água a determinadas povoações, os serviços prestados pelo A. não estão subordinados a outras regras que não sejam àquelas que a ciência de engenharia ensina, como só indirectamente alcançam as respectivas obras, pois estas podem ser, por seu lado, objecto de um contrato de concessão de obras públicas, o que mostra a diferença que existe entre o objecto dos dois contratos nas relações com o interesse público.

Quando se seguisse, relativamente a essas obras, o processo de *administração directa*, nem por isso desapareceria aquela distinção, uma vez que os serviços prestados pelo A. apenas aproveitavam *mediatamente* à realização do serviço público que as mesmas obras tinham em vista.

Por estes fundamentos, declaram competente para conhecer da presente acção o tribunal cível, devendo os autos baixar à Relação de Lisboa. (*D. G., II Série, n.º 24, de 29/1*).

De 5/8/953 — Sobrepondo-se ao privilégio de execução prévia, de que gozam os actos administrativos, pode este Supremo Tribunal decretar a suspensão de executoriedade das decisões recorridas, desde que da sua execução derivem, directa e imediatamente, danos irreparáveis ou de difícil reparação, considerando-se como tais os prejuízos que não são facilmente determináveis, tais os que derivam de inibição do exercício duma actividade comercial ou industrial.

Dentro desta orientação, e não tendo em conta outras considerações, seria de atender o pedido de suspensão da executoriedade do acto recorrido, visto a sua imediata execução, traduzida na ordenada demolição das pocilgas, importar necessariamente a inibição do exercício da indústria de criação de suínos a que ora agravante diz dedicar-se.

Mas a demolição em causa foi ordenada ao abrigo das disposições do § único do artigo 115.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38.382, de 7 de Agosto de 1951, que dá competência às câmaras municipais para interdizer a construção ou utili-

zação de anexos para instalação de animais nos terrenos vizinhos dos prédios situados em zonas urbanas, quando as condições locais de aglomeração de habitações não permitam a exploração desses anexos sem risco para a saúde ou comodidade dos habitantes.

No acto recorrido invoca-se expressamente esta disposição do regulamento e ordena-se a demolição (por se verificar que a existência das referidas pocilgas afecta sobremaneira a salubridade local).

Surge, assim, no caso dos autos, um conflito de interesses que não pode ser menosprezado na apreciação do pedido de suspensão: o interesse da agravante na manutenção das pocilgas, que lhe permite continuar a exercer a sua actividade industrial; e o interesse de salubridade pública, altamente afectado com a conservação e funcionamento das mesmas pocilgas.

Ora, é princípio incontroverso de direito administrativo que, havendo colisão de interesses, o interesse particular cede perante o interesse público, que o domina.

De acordo com este princípio tem este Supremo Tribunal sempre entendido, na apreciação dos pedidos de suspensão da executoriedade dos actos recorridos, que, provocando esses pedidos uma colisão entre o interesse público e o particular, tem de dar-se prevalência àquele, mantendo-se a executoriedade do acto, que tem por si a presunção de legalidade.

Podem ver-se neste sentido, entre outros, os Acórdãos de 21 de Março de 1947, 9 de Dezembro de 1949 e 4 de Agosto de 1950, na Colecção de Acórdãos, vols. XIII, p. 242, XV, p. 704, e XVI, p. 541.

Dir-se-á que o princípio não tem aplicação ao caso dos autos, em que vem alegado que as pocilgas exploradas pela agravante não estão próximas de aglomerados habitacionais, não se verificando, por isso, a condição ou pressuposto de que depende a applicabilidade do preceito contido no predito § único do artigo 115.º do Regulamento das Edificações Urbanas.

Mas essa alegação diz respeito ao fundo da questão e o tribunal não pode pronunciar-se sobre ela.

Com efeito, e por um lado, o problema a decidir agora está apenas em saber se é ou não de conceder a suspensão da executoriedade do acto recorrido.

Por outro lado, se o tribunal se pronunciasse já sobre o fundamento jurídico do recurso, julgando-o ou não procedente, sem audiência das partes, não só anteciparia o julgamento como alterava e subvertia a ordem e termos do processo. (*D. G., II Série, n.º 64, de 17/3*).





BIBLIOGRAFIA

**REGISTO DE
PUBLICAÇÕES COM
INTERESSE MUNICIPAL
ENTRADAS NA
BIBLIOTECA CENTRAL**

1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1954



DE 1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1954

EM JANEIRO:

- Compilação de Acórdãos do Contencioso das Contribuições e Impostos — 53.º vol. — (1952, continuação).
Revista Municipal — Ano XIV — N.º 57 — 2.º trimestre de 1953 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Tabela provisória das taxas, para a utilização do Frigorífico do Matadouro — Frigorífico Municipal de Lisboa — Câmara Municipal de Lisboa.
Anais do Município de Lisboa — 1952 — Câmara Municipal de Lisboa.
Expropriações nos Municípios — Cadernos Administrativos IV, por *J. Peixoto de Almeida*.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 921-924 — Dezembro de 1953.
Boletim da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa — N.º 33 — III Série — 1952.
Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *A. Viana de Sousa*.
Câmara Municipal de Coimbra — Turismo.
Diário Municipal — N.ºs 5.675 a 5.607 — Dezembro de 1953 — Câmara Municipal de Lisboa.

EM FEVEREIRO:

- Douro-Litoral — Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História — 5.ª série — IX edição da Junta de Província do Douro-Litoral — 1954.
Câmara Municipal de Lisboa — Orçamento ordinário para o ano económico de 1954.
Câmara Municipal de Lisboa — Organização de Serviços — 1954.
Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Setúbal — Águas e electricidade — Relatório de 1952.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 925-929 — Janeiro de 1954.
Câmara Municipal do Porto — Plano de actividade e projecto de orçamento para o ano de 1954.
Cinzas de Lisboa, por *P. Ruela Pombo* — Quinta Série.
Câmara Municipal de Loures — Relatório da gerência de 1952.
Câmara Municipal do Ponta Delgada — Orçamento Suplementar n.º 2 para 1953.
Eleição das Juntas de Freguesias.
Orçamento ordinário da receita e despesa da Câmara Municipal do Concelho de Coimbra para o ano de 1954.
Arquivo do Distrito de Aveiro — N.º 74 — Abril, Maio e Junho de 1953.
Contrato administrativo e Acto jurídico público, por *Orlando de Carvalho* — Coimbra, 1953.
Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *A. Viana de Sousa*.
Comissão Central das Juntas de Freguesia de Lisboa — Colónias de Férias — Relatório e contas de gerência de 1953.
Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada — Janeiro 1952-1953.
A autonomia administrativa, por *José Bruno Carreiro* — Ponta Delgada, 1952.
Câmara Municipal de Aveiro — Orçamento ordinário da Comissão Municipal de Turismo para 1954.
Diário Municipal — N.ºs 5.607 a 5.632 — Janeiro de 1954 — Câmara Municipal de Lisboa.
Câmara Municipal de Aveiro — Relatório da gerência de 1953.
Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo — Relatório e contas de 1952.

EM MARÇO:

- Recenseamento Eleitoral — Instruções aos eleitores — Edição da Comissão Permanente de Voto — 1954.
Orçamento Ordinário da Câmara Municipal de Braga, 1954.
Revista Municipal — Ano XIV — N.º 58 — 3.º trimestre de 1953 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Câmara Municipal de Lisboa — Regulamento de obras na via-pública — 1954.
Câmara Municipal de Lisboa — Exposição das principais peças da colecção Vieira da Silva.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 930-933 — Fevereiro de 1954.
Diário Municipal — N.ºs 5.633 a 5.656 — Fevereiro de 1954 — Câmara Municipal de Lisboa.
A crise dos Municípios, por *A. de Lucena e Vale* — Separata da Revista «Brotéria» — 1954.
Regulamento privativo dos Serviços Municipalizados Autónomos da Câmara Municipal de Lagos.

- Câmara Municipal de Lourenço Marques — Orçamento para 1954.
- Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Ponta Delgada — Relatório, balanço e contas de 1952.
- Câmara Municipal de Évora — Electrificação do Concelho — 1.ª fase — 1954.
- Câmara Municipal de Manteigas — Relatório de 1953.
- Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *A. Viana de Sousa*.
- Câmara Municipal de Mafra — Relatório da gerência de 1952.

REVISTAS:

JORNAL DO FORO:

Ano 17.º — N.º 104 — Setembro de 1953.

REVISTA DE DIREITO FISCAL:

Ano V — N.º 12 — Setembro a Dezembro de 1953.
Ano VI — N.ºs 1 e 2 — Janeiro e Fevereiro de 1954.

O DIREITO:

Ano 85.º — Fasc. 4 — Outubro-Dezembro de 1953.





município
de icisboa